

Relatório
de
Governo
Societário

2021

**aicep Global Parques - Gestão de
Áreas Empresariais e Serviços, S. A.**

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 08 de março de 2022





Índice

I.	Sumário Executivo.....	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas.....	6
III.	Estrutura de capital.....	23
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas.....	24
V.	Órgãos Sociais e Comissões.....	26
A.	Modelo de Governo.....	26
B.	Assembleia Geral.....	26
C.	Administração e Supervisão.....	28
D.	Fiscalização.....	37
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC).....	39
F.	Conselho Consultivo.....	40
G.	Auditor Externo.....	40
VI.	Organização Interna.....	40
A.	Estatutos e Comunicações.....	40
B.	Controlo interno e gestão de riscos.....	41
C.	Regulamentos e Códigos.....	45
D.	Deveres especiais de informação.....	47
E.	Sítio na Internet.....	49
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral.....	50
VII.	Remunerações.....	51
A.	Competência para a Determinação.....	51
B.	Comissão de Fixação de Remunerações.....	52
C.	Estrutura das Remunerações.....	52
D.	Divulgação das Remunerações.....	53
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras.....	56
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.....	58
X.	Avaliação do Governo Societário.....	66
XI.	ANEXOS DO RGS.....	68

2
to
m



I. Sumário Executivo

O presente relatório apresenta as boas práticas de governo societário, conforme previsto pelo artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e restantes matérias reguladas pelo referido normativo.

Tomando por referência o regime jurídico do setor público empresarial (SPE), a aicep Global Parques tem vindo a divulgar toda a informação relevante. O relatório de governo societário aqui presente converge com as orientações da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, do Ministério das Finanças.

A aicep Global Parques manteve a sua atuação, em matéria de Boas Práticas de Governo Societário, consolidando os objetivos a que se propôs, definidos anualmente e refletidos no Plano de Atividades e Orçamento, para o Conselho de Administração em funções, tendo em vista o cumprimento da Missão e Objetivos da empresa. O PAO - Plano de Atividades e Orçamento é o instrumento essencial da gestão e controlo da empresa e é monitorizado mensalmente, por centros de resultados e natureza de ganhos e gastos.

No ano de 2021 e quanto aos Órgãos Sociais nomeados em Assembleia Geral de 29 de junho de 2018, manteve-se a não substituição do Vogal do Conselho de Administração não executivo Luís Miguel Pacheco da Fontoura, que cessou funções a 1 de setembro de 2019, devido à sua deslocalização profissional para Luanda, Angola. A 18 de janeiro de 2021 verificou-se a renúncia ao cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Nuno André Oliveira Mangas Pereira, na sequência do termo do seu mandato como Presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.. Em Assembleia Geral de 25 de junho de 2021 foram eleitos novos Órgãos Sociais para o triénio 2021-2023. Na sequência desta eleição, foi elaborado um novo Plano Estratégico para o triénio em questão, que foi aprovado na Assembleia Geral de 6 de dezembro de 2021.

A estrutura acionista manteve-se inalterada.

Na articulação com os acionistas, sublinha-se a continuidade do reforço da coordenação com a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., quer no plano interno, quer no âmbito da retenção e captação de reinvestimento e de investimento. Juntas, alinham esforços promocionais no BlueBiz – Parque Empresarial da Península de Setúbal e do cluster portuário, logístico e industrial de Sines com os acionistas Câmara Municipal de Sines e APS – Administração



dos Portos de Sines e do Algarve, promovendo a expansão de clientes atuais e a instalação de novos clientes na ZILS – Zona Industrial e Logística de Sines.

Em 2021 foram realizadas todas as práticas respeitantes aos procedimentos internos de assiduidade, ausências e férias; os procedimentos de carreiras profissionais e de avaliação de desempenho e restantes procedimentos internos.

Consequência da pandemia COVID 19 mantiveram-se os critérios necessários em relação aos procedimentos de assiduidade e ausências, devido às situações de teletrabalho e outras medidas implementadas em cumprimento da legislação em vigor em cada um dos momentos.

Manteve-se o código de conduta e combate ao assédio no trabalho, aprovado em 2019, bem como o código de ética e de conduta, aprovado em 2020, e em 2021 foi aprovado o plano para a igualdade, a vigorar em 2022.

Também foi aprovada uma revisão aos procedimentos internos de gestão de clientes e de gestão de compras e contratos com fornecedores.

Estes procedimentos e informação foram divulgados através de ordens de serviço a todos os colaboradores da empresa.

É igualmente de assinalar a aprovação do Regulamento de Instalação na ZILS e do Regulamento do Centro de Negócios da ZILS.

Adicionalmente, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que se encontra no sítio da *web* da empresa, manteve-se em vigor, tendo a sua execução em 2021 sido objeto de um relatório aprovado pela Comissão Executiva.

No ano de 2021 houve ainda uma alteração aos Estatutos da empresa, aprovada na Assembleia Geral de 25 de junho, de modo a permitir o envio aos acionistas das informações preparatórias da assembleia geral por correio eletrónico.

Em 2020 teve início a atividade de Gestão da Qualidade na empresa, na componente de gestão das ocorrências reportadas por clientes e colaboradores da empresa.

Estas ocorrências foram, maioritariamente, reportadas através do novo Portal da Qualidade presente no sítio da *web* da empresa, tendo sido dadas credenciais de acesso aos clientes da ZILS, do BlueBiz e do Albiz para o efeito. Os reportes dos colaboradores estabelecem-se através da ferramenta de gestão documental - Filedoc.

Esta atividade culminou na elaboração de um relatório de qualidade em 2020, tendo este, face à análise efetuada, dado origem a um outro com medidas de mitigação e prevenção.



Em 2021, iniciou-se a componente de Qualificação dos Fornecedores cujos fluxos e desenvolvimentos foram realizados em 2020, complementando assim a atividade de Gestão da Qualidade. Desta forma o Relatório anual de qualidade de 2021 aborda as duas perspetivas – clientes e fornecedores.

Em 2021 foi constituída a APPE - Associação Portuguesa de Parques Empresariais, pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, sendo a aicep Global Parques sua sócia fundadora e tendo sido eleita para a Presidência da Direção.

A empresa tem uma Política de Responsabilidade Corporativa com pilares base definidos que envolvem a área social, a ambiental e a de segurança e proteção, possuindo um plano de ações internas e externas.

Apesar de análise às contas ao longo do ano, com emissão de Pareceres intercalares, toda a informação financeira do exercício é sujeita a análise pelo Revisor Oficial de Contas da empresa que emite Relatório, Parecer e Certificação Legal, como se refere no ponto 5.E.

No âmbito da aprovação de despesas, é assegurada a independência de todos os membros do órgão de administração ao prever-se a abstenção do próprio membro de intervir numa decisão que o envolva a si próprio, conforme indicado na secção 3. do subcapítulo A. do capítulo VII., bem como através da apresentação das declarações indicadas no anexo IV a este documento.

Ainda no âmbito da prevenção de conflitos de interesse, todos os membros do Conselho de Administração preencheram declarações de participações patrimoniais, presentes no anexo V.

Na secção 1 do subcapítulo E. do capítulo VI deste relatório poderão ser encontradas as hiperligações utilizadas para divulgação de vários elementos relacionados com a empresa.

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não
Artigo 43.º	apresentou plano de atividades e orçamento para 2021 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x	
	obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2021	x	
Artigo 44.º	divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	x	
Artigo 45.º	submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	x	



CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não
Artigo 46.º	elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2021	x	
Artigo 47.º	adotou um código de ética e divulgou o documento	x	
Artigo 48.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada	não aplicável	
Artigo 49.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x	
Artigo 50.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	x	
Artigo 51.º	evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x	
Artigo 52.º	evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF	x	
Artigo 53.º	providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na internet da Unidade Técnica	x	
Artigo 54.º	apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	x	

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. *Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a entidade (vide artigo 43.º do RJSPE).*

Missão

Garantir que os parques e serviços da aicep Global Parques são infraestruturas para a competitividade da economia portuguesa e instrumentos de objetivos específicos do programa “Internacionalizar 2030”, em articulação com a AICEP e outras entidades:

- disponibilizando espaços infraestruturados e plataformas para localização de empresas e/ou de entidades não empresariais, promovendo o aumento do volume de investimento direto estrangeiro (IDE) produtivo em Portugal;
- no acréscimo do valor acrescentado nacional (VAB) através da Qualificação do Território e especialmente das Áreas de Acolhimento Empresarial, prestando serviços de gestão integrada em parques empresariais;



- na Transição Energética, na perspetiva da descarbonização e na circularidade das indústrias de produção de energia, refinação, petroquímica, química, metalurgia e ainda do setor dos transportes. Com ênfase em gases renováveis, hidrogénio e amónia verdes, bem como novos combustíveis, com foco no Complexo de Sines;
- na Transição Digital, na perspetiva da infraestrutura comercial. Com enfoque nas estações de amarração de cabos submarinos de telecomunicações, centros de computação, processamento e armazenamento de dados, na ZILS.

Visão

A aicep Global Parques tem o objetivo de ser reconhecida nacional e internacionalmente como a entidade de referência no acolhimento de projetos de investimento em Portugal e no apoio a estratégias de localização empresarial. Garante localizações empresariais únicas no país para determinadas atividades estratégicas para a economia nacional e promove Portugal como destino de investimento.

Valores

Os valores corporativos da aicep Global Parques assentam na melhoria contínua da sua *performance* de forma a manter-se uma organização:

- Competitiva, eficiente e orientada para o cliente;
- Sustentada na contínua qualificação dos seus colaboradores;
- Institucionalmente articulada com parceiros públicos e privados;
- Financeiramente sustentável;
- Socialmente responsável; e
- Reconhecida na sua esfera de atuação.

2. *Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do RJSPE), designadamente:*

- *Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;*

Como referido anteriormente, na Assembleia Geral de 25 de junho de 2021 foram eleitos novos Órgão Sociais para o triénio 2021-2023. Em sequência, um novo Plano Estratégico foi aprovado pela Comissão Executiva a 28 de julho, pelo Conselho de Administração a 30 de julho e pela Assembleia



Geral a 6 de dezembro. O Regulamento da Comissão Executiva foi aprovado na reunião do Conselho de Administração de 30 de junho. Foi apresentada uma proposta de contrato de gestão da Comissão Executiva, a celebrar com S. Exa. o Secretário de Estado da Internacionalização, na qualidade de membro do Governo que tutela o setor de atividade da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., e com o acionista Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., representada pelo Presidente do Conselho de Administração, na qualidade de acionista maioritário, diretamente titular de 91,19% do capital social da aicep Global Parques; esta proposta foi aprovada pela Comissão Executiva a 28 de julho, pelo Conselho de Administração a 30 de julho e pela Assembleia Geral a 6 de dezembro, estando a sua aprovação final condicionada à aprovação pela tutela, mediante remissão pela AICEP. O Plano de Atividades e Orçamento para 2022 também foi aprovado nesta reunião de Assembleia Geral, de forma condicionada, uma vez que se aguardava a sua aprovação por S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro, após apreciação pela UTAM.

Assim sendo, as orientações estratégicas e ações a desenvolver são as necessárias para atingir os seguintes objetivos:

- 1- Aumentar a competitividade dos ativos da aicep Global Parques, potenciando o aumento da taxa de ocupação dos parques sob gestão, nomeadamente com empresas que valorizem o tecido produtivo nacional, de acordo com as vantagens competitivas da oferta e dos *clusters* identificados, prosseguindo a estratégia de investimento focada nas necessidades dos clientes, instalados e a instalar, mantendo os objetivos de aumento da rentabilidade e de desenvolvimento sustentável;
- 2- Posicionar a aicep Global Parques como gestora de referência de parques empresariais públicos, integrada nas redes locais, nacional e internacional. Contribuir para a competitividade do território nacional, apoiando a qualificação e promoção da oferta nacional de áreas de localização empresariais;
- 3- Contribuir ativamente para a estratégia nacional de captação e retenção de investimento - promoção de Portugal como destino de investimento direto estrangeiro delineada pela AICEP, através da oferta de espaços e serviços de qualidade, à medida das necessidades dos clientes e investidores. Neste sentido, é fundamental continuar a acrescentar competências ao *Portugal Site Selection*, enquanto instrumento de apoio à decisão e prestação de serviços no âmbito da localização, instalação e gestão empresarial e na capacitação de todas as regiões para a instalação de mais investimento.



***Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.**

- Disponibilizar áreas competitivas para a localização de empresas e maximizar as taxas de ocupação nos parques sob gestão:

ZILS

A ZILS, com 2.375 hectares, é a maior área de acolhimento de unidades industriais e logísticas do país. Localizada a Sul, na costa atlântica de Portugal, a hora e meia por autoestrada de Lisboa e do seu aeroporto internacional, junto a um porto de águas profundas, o Porto de Sines, afirma-se desta forma como uma localização com uma oferta ímpar no país. Para além das acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, que a tornam numa localização única para os mercados europeu e ibérico, posicionando-a como *interface* industrial e logístico privilegiado com os mercados do Atlântico e do Mediterrâneo, a ZILS dispõe de um conjunto de utilidades que garantem soluções competitivas de instalação.

A taxa de ocupação da ZILS registou, em termos líquidos, a maior subida anual de sempre no histórico da empresa, de 19% ou 1.520.405 m².

Na ZILS, a 31/12/2021 estão ocupados e/ou contratados 9.556.952 m² de uma oferta total de 16.104.109 m².

DIREITOS DE SUPERFÍCIE	2019	2020	2021
Área Total m ² (a)	23 751 256	23 751 256	23 751 256
Oferta Total m ² (b)	13 374 020	13 374 020	13 374 020
Oferta Total m ² (b)*	-	-	16 104 109
Área Ocupada m ² (c)	8 033 788	8 036 547	9 556 952
Taxa de Ocupação (c/b)	60,07%	60,09%	71,46%
Taxa de Ocupação (c/b*)			59,34%

*A área total para oferta depende das áreas loteadas ou potencialmente loteadas. No final de 2021, face à elevada procura, realizou-se uma análise mais fina ao território da ZILS que resultou num aumento da oferta de 2.730.089,00 m². Esta nova área situa-se nas diversas Zonas da ZILS, nomeadamente Zona 1, Zona 2 e Zona 10. Desta forma, para se avaliar a evolução com igual perímetro, decidiu-se manter no quadro a taxa de ocupação calculada de acordo com os parâmetros anteriores. Paralelamente, chamamos a atenção para o facto de,



no futuro, poderem existir ajustamentos na oferta, fruto do desenvolvimento dos diversos processos com as entidades licenciadoras que podem levar à eventual afetação de novas áreas ao perímetro da ZILS, sob gestão.

A taxa de ocupação da ZILS registou assim, a perímetro constante de área oferecida, 71,46%, um acréscimo de 11,4 p.p..

Com a atual oferta de terrenos maximizada, a área ocupada representa 59,3%. Sendo que outros cerca de 16,5 p.p. são reservados a atividades logísticas (ZAL Sines), o que reduz a área sobrance disponível para projetos energéticos e industriais para cerca de 23,5% do total, perante novos *leads* concretos de fábricas de gases renováveis e indústrias que somados superam essa oferta.

No âmbito do produto *Sines Tech - Innovation & Data Center Hub*, foi assinado com a Start - Sines TransAtlantic Renewable & Technology Campus [Davidson Kempner (EUA, 76%) e da Pioneer Point Partners (Reino Unido, 24%)] um terreno de 59,5 hectares para a instalação de um megacentro de dados de 495MW de potência, para a fixação de *hyperscalers* de nível internacional. Esta contratação permitiu, a par da chegada do cabo submarino EllaLink que liga o Brasil (Fortaleza) a Portugal, sendo a respetiva CLS - Cable Landing Station na ZILS, em Sines, a criação de duas âncoras estruturais de um verdadeiro *hub* tecnológico para atração de mais investimentos do sector digital. A EllaLink, tendo entrado em operação em junho, atraiu a atenção mundial do setor impulsionando a procura de novos promotores de cabos submarinos pela ligação a Sines, nomeadamente, o cabo Medusa – AFRIX – CLS Barcelona, o CAM Ring (Continente – Açores – Madeira) da IP Telecom, a ligação à Mauritânia e ainda outros cabos como o EQUIANO (Google), RFS em 2022, 2AFRICA (Facebook), RFS em 2022, e o PISCIS (Irlanda), ainda em projeto. Em sequência, os operadores de fibra ótica iniciaram já ações de melhoria de serviço na ZILS e na ligação mar-terra, tendo a IP Telecom já avançado com investimentos contratualizando espaço para extensão da sua rede terrestre e conexão com a CLS da EllaLink na ZILS.

No capítulo do produto *Energia Sul*, a Repsol Polímeros, que em 2020 reservou terrenos para a sua expansão num então denominado projeto AURORA, reformulou o mesmo em 2021 denominando-o projeto ALBA e avançando com a contratualização de 43 hectares para duas fábricas integradas, uma de PP – Polipropileno e outra de PE – Polietileno, para tancagem de GPL e para um pipeline à Sigás. Contratualizou ainda mais duas áreas especiais, de recuperação ambiental e paisagística, com 8,15 e 56,85 hectares respetivamente, para o desenvolvimento de projetos de produção elétrica renovável por painéis fotovoltaicos e uma nova ligação elétrica a 150Kv para a sua unidade na ZILS. Complementarmente, procedeu ainda a uma reserva de 23 hectares, com um horizonte temporal de



médio e longo prazo, focada numa maior diferenciação e alinhada com a transição energética, descarbonização, reciclagem de produtos plásticos e economia circular, prevendo a Repsol Polímeros uma eco fábrica, ou seja, uma fábrica de reciclagem de resíduos urbanos para a produção de metanol, a transformar em etanol, a transformar em etileno “verde”.

A ZILS recebeu também a atenção da BB&G Alternative Worldwide Environmental Solutions Lda. e da Woodchem, S. A., que contratam, respetivamente, 18.919,74 m² para uma unidade de negro de fumo recuperado (rCB) e combustível renovável na Península Ibérica e de 18.910,79m² para uma unidade de produção de energia através de resíduos florestais. Contratualizou-se com a EnergyKeme uma área de 48.031,77 m² para a produção de 2,52 MW de hidrogénio verde, sendo uma pequena unidade-piloto que antecipa a instalação de um conjunto mais vasto de capacidades e investimentos nesta área da transição energética.

À oferta de áreas para instalação de empresas acresce a disponibilidade dos seguintes equipamentos e serviços:

Centro de Negócios ZILS (CNZILS)

O edifício, com a área total de 16.570 m², dispõe de cerca de 4.000 m² de escritórios climatizados, com segurança diária, salas de reunião e formação, entre outros serviços. Este equipamento permite que empresas de apoio e de manutenção encontrem na zona local para sediar as suas operações de suporte. Por outro lado, as empresas promotoras de investimento encontram um espaço adequado para instalar os seus recursos humanos (e os seus fornecedores), durante a fase de construção das respetivas instalações.

Em 2021 registaram-se as entradas com contratualização de espaços da CALPE Institute of Technology, Tecnilab, S3TIN Sernomek, Bruno Miguel Moreira Alves, Alicia Ventura, INVALL Portugal, ISSI Industrial Solutions Supply Innovation, Meivcore e ainda a contratualização de escritórios virtuais por parte da Madoqua e da Pomme Line Fruits. Do lado das saídas temos a registar a perda de uma sala da Gesinom e ainda da GTM Tamoin Portugal. O saldo do ano é positivo em 135 m².

A taxa de ocupação em 31/12/2021 era de 43,7%, correspondendo a 1.773 m², o que significa um crescimento de 8,2%, face a 2020.



Taxas de ocupação do CNZILS a 31 de dezembro de 2021.

ESPAÇOS OCUPADOS	2019	2020	2021
Área Total m ²	16.570	16.570	16.570
Oferta Total m ²	4.054	4.054	4.054
Área Ocupada m ²	1.163	1.638	1.773
Taxa de Ocupação (c/b)	28,7%	40,4%	43,7%

Apartamentos

A aicep Global Parques tem sob sua gestão um conjunto de 37 apartamentos, localizados em Vila Nova de Santo André, que permitem uma oferta habitacional ao público em geral, e aos novos promotores de investimento em particular, configurando uma solução imediata para um número limitado de recursos humanos e suas famílias.

Como se verifica no quadro abaixo, estão ocupados todos os apartamentos disponíveis para oferta, registando-se uma taxa de ocupação de 100%.

Taxas de ocupação dos Apartamentos a 31 de dezembro de 2021.

APARTAMENTOS	2019	2020	2021
Nº de Apartamentos	37	37	37
Oferta Total em nº APT (b)	35	35	35
nº APT ocupados (c)	34	35	35
Taxa de Ocupação (c/b)	97,1%	100,0%	100,0%
Oferta disponível	1	0	0

Centro de Negócios da Galiza

O Centro de Negócios da Galiza, antiga sede do Gabinete da Área de Sines, tem uma área total de 29.000 m² e alguns espaços de escritórios. Situado na Galiza, a 2 km de Vila Nova de Santo André, funciona como uma alternativa para a instalação de empresas de serviços.

O imóvel encontra-se vazio, estando em curso o processo de regularização cadastral e tendo sido iniciadas diligências junto de algumas imobiliárias e outros interessados com vista à sua comercialização e rentabilização.



BlueBiz

O BlueBiz é um Parque dedicado à localização de empresas industriais, logísticas e de serviços, dispondo de 560.000 m², completamente vedados e infraestruturados, com uma área comercializável de 275 756 m², repartida entre 91.465 m² de área coberta, 176.640 m² de área descoberta e 7.651 m² de escritórios.

Em 2021, com o propósito de atualizar e organizar toda a oferta disponível, procedeu-se à atualização dos quadros de áreas e produtos para oferta. A necessidade desta atualização prende-se essencialmente com o propósito de aumentar o rigor, afetação e clarificação de áreas úteis para instalação de clientes.

Assim, a área coberta disponível foi ajustada em cerca de 1% e com a entrada da Ergosteel e da Clever Leaves, a área ocupada aumentou, estando agora a taxa de ocupação em 53,3%.

As áreas descobertas foram também atualizadas, verificando-se um aumento de 6%. A taxa de ocupação destas áreas, que esteve sempre próxima de 98%, foi reduzida pela não necessidade de estacionamento para buffer logístico do setor automóvel. É também neste produto que se percebe o impacto que a falta de fornecimento de microprocessadores teve no mercado automóvel, atingindo todos os operadores presentes neste mercado.

A normalização desta situação só se prevê que aconteça em meados de 2023.

As áreas de escritórios, que constituem o centro de negócios, viram a sua taxa de ocupação crescer 10,2 p.p.. Este crescimento acontece após levantamento exaustivo das áreas disponíveis para oferta, que reduziram em 18%. A área ocupada reduziu 0,4%.

Taxas de ocupação do BlueBiz a 31 de dezembro de 2021.

	Área Coberta Industrial			Área Descoberta			Área Coberta Escritórios		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Oferta Total m ² (a)	90.204	90.204	91.465	166.492	166.492	176.640	9.350	9.350	7.651
Área Ocupada m ² (b)	42.724	47.694	48.751	162.827	162.483	106.177	4.553	4.387	4.370
Taxa de Ocupação (b/a)	47,4%	52,9%	53,3%	97,8%	97,6%	60,1%	48,7%	46,9%	57,1%



Albiz

O Albiz é um Parque dedicado à localização de pequenas e médias empresas, situado no concelho de Sintra, na zona industrial de Albarraque, dispendo de uma área total de 24.700 m², completamente vedada, com uma área coberta comercializável de 9.072 m², distribuída por 16 edifícios.

Depois de em 2019 ter sido aumentada a área comercializável pela construção de um novo pavilhão, em 2021 o parque manteve os 100% de taxa de ocupação.

Taxas de ocupação do Albiz a 31 de dezembro de 2021.

Área Coberta	2019	2020	2021
Área total m ² (a)	9.072	9.072	9.072
Oferta Total m ² (b)	9.012	9.012	9.012
Área Ocupada m ² (c)	7.508	9.012	9.012
Taxa de Ocupação (c/b)	83,3%	100,0%	100,0%

Portugal Site Selection

No ano de 2021, realizou-se uma atualização do sistema ARCGIS que suporta a plataforma Portugal Site Selection e o alojamento em *cloud* da base de dados. Este desenvolvimento permite uma maior eficiência no contínuo aumento da inserção dos ativos, melhorar a usabilidade pelos seus utilizadores e garantir uma maior segurança da base de dados.

Paralelamente, foi lançado um *dashboard* de indicadores com dados do Portugal Site Selection para estudos analíticos sobre espaços disponíveis no território para a atividade. Trata-se de um instrumento de planeamento e gestão do território que organiza territorialmente a informação disponível de forma a se conhecer a oferta do território e a reconhecer as regiões com défice de oferta infraestruturada

Continuámos ativamente a recolher informação dos *office spaces* ao setor dos serviços, e foram realizados inúmeros contactos com diversos *stakeholders* no sentido de alargar o cadastro de ativos, com características *greenfield* e *brownfield* disponíveis para desenvolver atividades industriais e logísticas, devidamente georreferenciado.



A aicep Global Parques continuou o esforço de enriquecimento da informação constante na plataforma, reforçadas essencialmente com ações online, dado o estado pandémico vivido no país.

Neste contexto foram realizadas várias reuniões de análise da situação com as Comunidades Intermunicipais (CIM) e foi definido um plano de ação com o objetivo de capacitar os municípios na atração de IDE.

Destacam-se as seguintes ações:

- Duas formações de apresentação da plataforma Portugal Site Selection com os Delegados da rede externa da AICEP Portugal Global;
- Webinar sobre a “Qualificação e Promoção da Áreas Empresariais no Território Nacional”. O evento contou com as intervenções de S. Exa. a Ministra da Coesão Territorial, Dra. Ana Abrunhosa, S. Exa. o Secretário de Estado da Internacionalização, Professor Eurico Brilhante Dias e o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios, Manuel Machado;
- Workshop online com toda a rede Key Accounts do IAPMEI para apresentação da plataforma Portugal Site Selection e dos Parques Empresariais sob gestão da aicep Global Parques;
- Colaboração com o Ministério da Coesão Territorial no sentido de consolidar a plataforma T-Invest com o Portugal Site Selection;
- Constituição de um grupo de trabalho que reuniu entidades gestoras de parques empresariais a nível nacional, a AICEP, o IAPMEI e a Secretaria de Estado da Internacionalização e que culminou com a constituição e lançamento público da APPE - Associação Portuguesa de Parques Empresariais em dezembro de 2021;
- A plataforma Portugal Site Selection esteve em destaque no programa da conferência internacional, em formato híbrido, do Portugal Air Summit, que decorreu em Ponte de Sor.

Portugal Site Selection Consulting

Em 2021, no âmbito dos serviços de consultoria do Portugal Site Selection Consulting e em linha com as orientações do Programa Internacionalizar 2030, nomeadamente no eixo B10, foi concluído o projeto de consultoria ao Município de Alter do Chão, que após análise cuidada sobre a região, as suas infraestruturas, as suas características naturais e geográficas e os seus dados socioeconómicos, identificou as vantagens competitivas e os clusters a apostar. Paralelamente



analisou-se a oferta de áreas de localização empresarial existentes no Município, e propôs-se alterações na sua oferta e modelo de gestão. Foi paralelamente elaborado um Dossier do Investidor *online* inteiramente digital, multilingue, com uma imagem moderna que promove o investimento no concelho e evidencia as características da região em todas as suas vertentes.

Paralelamente, foram realizados novos contactos para o desenvolvimento de mais projetos de capacitação para o Investimento com os Municípios de Fafe, Lousã, Ponte de Sor e Vila Nova de Poiares.

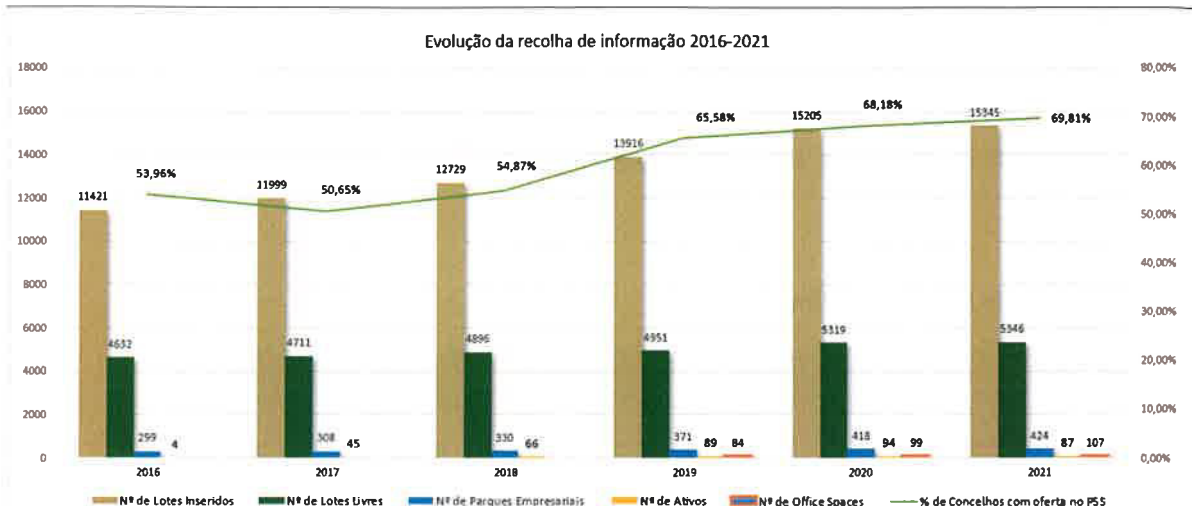
Evolução da Plataforma Portugal Site Selection

Em relação ao aumento da informação presente no Portugal Site Selection, aspirando à cobertura total nacional, atuou-se particularmente nas regiões com menor expressão na plataforma ao nível de presença e conteúdos.

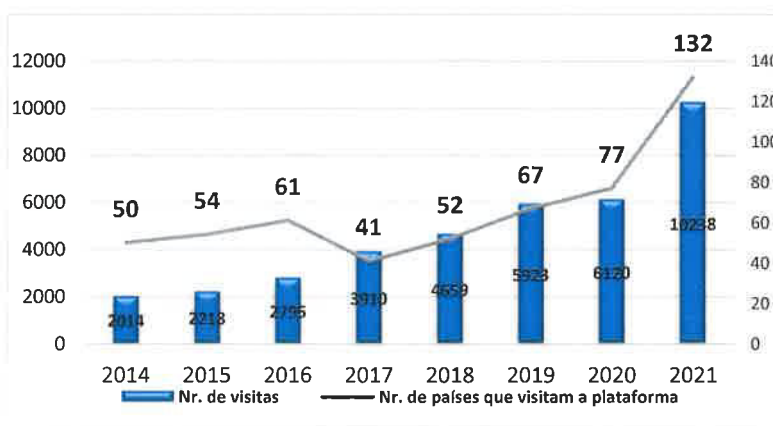


A pandemia limitou de forma decisiva a interação presencial com os municípios, tendo havido, ainda assim, um ligeiro aumento da taxa de cobertura de Concelhos. Existem atualmente 215 municípios com informação disponível no Portugal Site Selection, que representam 69,81% do total de municípios portugueses.

Em 2021, registou-se um ligeiro incremento do total de lotes inseridos (+0.92%). Os resultados desta atividade destacam-se no gráfico abaixo:



A plataforma cresceu 67,2% em número de visitas face ao ano anterior, e cerca de 71% em número de países que a visitaram.



Número de visitas vs. número de países diferentes que visitaram a plataforma

○ **Desenvolvimento de protocolos e parcerias:**

Desenvolveu-se um esforço para incremento das parcerias com entidades com quem podemos ter sinergias na prossecução da atividade, nomeadamente para o acolhimento de projetos que sejam sustentáveis, com impacto económico-social e que contribuam para o progresso das regiões onde os ativos sob gestão se localizam.

A crise pandémica limitou bastante o fortalecimento das sinergias no desenvolvimento de atividades. No entanto, assinalamos algumas:

- Visita da Comissão Executiva da Altice à ZILS - Zona Industrial e Logística de Sines;
- Visita da CDDR Alentejo à ZILS;
- A ZILS recebeu a iniciativa “2 Dias 2 Portos” promovida pela APLOG;



- Participação no 14.º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes (ADFERSIT) - Painel “A Interoperabilidade Ibérica e a Interoperabilidade Europeia. O Corredor Atlântico”.

○ **Sustentabilidade económico-financeira:**

INDICADORES ECONÓMICOS	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
EBITDA (R.Operacional antes Amortizações, Depreciações, Imparidades, Provisões e Reversões)	6.061.841 €	6.368.028 €	6.731.796 €	363.767 €
Rentabilidade das Vendas (RL/VN)	21,21%	23,40%	23,43%	0,03 p.p.
Rentabilidade de Capitais Próprios (RL/Capitais I)	9,10%	10,42%	11,25%	0,83 p.p.
Rentabilidade do Ativo (RL/Ativo Total)	6,49%	7,51%	8,17%	0,66 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS				
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	71,34%	72,08%	72,60%	0,51 p.p.
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	2,49	2,58	2,65	0,07

3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.

- Desempenho da economia internacional em geral e da portuguesa em particular, nomeadamente no cenário pandémico;
- Evolução dos investimentos industriais em Portugal;
- Criação de capacidade de resposta rápida à procura de espaços à medida;
- Redução nos prazos para instalação dos clientes;
- Disponibilidade efetiva de áreas de expansão da ZILS no perímetro do PUZILS, que permitam acolher mais projetos pela passagem de terrenos sob a gestão do ICNF/DGTF para a ZILS;
- Acesso a apoios públicos e incentivos à infraestruturação;
- O desenvolvimento da ligação ferroviária de carga mais direta e mais rápida de Sines a Madrid, previsto para 2022, favorecerá a localização de projetos na ZILS, nomeadamente na ZAL Sines, onde o *hinterland* espanhol é fundamental;
- Enquadramento no setor público empresarial - cumprimento de medidas de restrição de contratação, cortes no orçamento geral e nos custos com o pessoal - afetando a *performance* da empresa que desenvolve a atividade em ambiente de forte concorrência nacional e internacional.



4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela entidade (vide n.º 4 do artigo 39.º do RISPE).

Os objetivos de gestão previstos no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, encontram-se refletidos, de forma quantificada, no Plano de Atividades e Orçamento anual.

O PAO é monitorizado trimestralmente e tratado em Relatório de Gestão onde é reportado, para além dos resultados da empresa em geral e das unidades operativas em particular, a análise e justificação aos desvios orçamentais.

A aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A. desenvolve a sua atividade visando oferecer áreas de localização empresariais competitivas em parques empresariais dedicados a setores estruturantes da economia nacional, com um objetivo claro: a atração e fixação de investimentos produtivos, nacionais e estrangeiros, nas suas instalações ou outras em Portugal, contribuindo desta forma para o crescimento da riqueza, do emprego, da produção e das exportações nacionais.

Em 2021 a aicep Global Parques manteve a sua estratégia alinhada com o programa “Internacionalizar 2030”, aprovado pelo Conselho de Ministros. Responsável por várias iniciativas nesse programa, a empresa desempenha um papel relevante nos esforços de promoção do território, captação e instalação de investimento nacional e internacional em Portugal, através da plataforma digital de seleção de localizações empresariais para indústria e logística, o Portugal Site Selection.

Em 2021, mesmo com a continuidade da pandemia, a situação dos recebimentos dos clientes não se mostrou preocupante, tendo os poucos casos mais complexos vindo a ser regularizados ou encontrando-se em vias disso.

Conforme o Plano Estratégico 2021-2023, a atividade da aicep Global Parques visa beneficiar motores de crescimento da atividade industrial exportadora portuguesa: no BlueBiz o foco é sobretudo na logística do comércio internacional de automóveis e na fabricação de componentes aeronáuticos – dois setores muito afetados pela pandemia – bem como na atração de mais indústrias químicas para a nave industrial e de empresas de serviços para o *office space*. Já na ZILS as atividades de produção de energia estão em transformação e outras atividades estão em expansão, como são os casos da fileira petroquímica de matérias para a indústria transformadora dos plásticos, por um lado, ou a dos gases industriais, por outro.



Destaque ainda para o papel desta empresa na diplomacia económica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da atividade do acionista AICEP Portugal Global, disponibilizando o serviço oficial de seleção de localizações empresariais Portugal Site Selection (www.portugalsiteelection.pt), com o objetivo de atrair investimento direto estrangeiro produtivo para Portugal. Este serviço ganha, no contexto atual, um papel primordial quer no cadastro, qualificação e promoção nacional e internacional das Áreas de Localização Empresarial portuguesas e ativos do Estado para a atração de investimento; quer a montante, na vertente do ordenamento do território, na procura de sinergias e promoção do investimento público eficiente na sua infraestruturção. Os objetivos deste serviço começam a ser complementados com a dinâmica da nova Associação Portuguesa de Parques Empresariais (www.appeportugal.pt), de que a aicep Global Parques é cofundadora e coimpulsionadora.

No Setor Empresarial do Estado (SEE), onde a aicep Global Parques se insere, as empresas prosseguem, de acordo com as orientações vigentes, uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais com vista à obtenção do seu equilíbrio operacional. Tendo este objetivo em vista, a aicep Global Parques faz da competitividade da sua oferta e da sua sustentabilidade económica e financeira os pilares da definição do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2022, apresentado e aprovado na Assembleia Geral de 6 de dezembro de 2021, aguardando-se a sua aprovação final por S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro.

Indica-se nos quadros seguintes o desempenho económico, consubstanciado no Resultado Líquido da empresa no valor de 3.269.796 EUR, variação positiva de 9,4% sobre 2020:

Prestação de Serviços (€)	2020	2021	Varição 2021/2020
Cedência de Direitos de Superfície	9.158.176,71	10.461.425,57	14,2%
Aluguer de Instalações	2.260.325,22	2.073.482,08	-8,3%
Outras Prestações de Serviços	1.337.019,53	1.423.054,17	6,4%
TOTAL	12.755.521,46	13.957.961,82	9,4%

(em EUR)

Resultados Totais (€)	2020	2021		Variação	
		Orçamento	Real	Real - Orçamento	
Total de Rendimentos e Ganhos	13.663.377	14.779.836	14.678.497	-101.339	-0,7%
Total de Gastos e Perdas	9.729.582	10.966.033	10.351.382	-614.650	-5,6%
Resultado Antes de Impostos	3.933.796	3.813.804	4.327.115	513.311	13,5%
Resultado Líquido	2.985.251	2.897.501	3.269.796	372.295	12,8%



E no Resultado Antes de Imposto (RAI) das Unidades Operativas e de Suporte:

(em EUR)

Resultado Antes de Impostos (€)	2020	2021		Variação	
		Orçamento	Real	Real - Orçamento	
Unidades Operativas	5.435.369	5.545.483	5.892.494	347.010	6,3%
ZILS	5.141.239	5.578.845	5.869.779	290.934	5,2%
Bluebiz	188.637	-123.154	-108.086	15.068	12,2%
Albiz	105.493	89.793	130.801	41.008	45,7%
Unidades de Suporte	-1.501.573	-1.731.680	-1.565.379	166.301	9,6%
Total	3.933.796	3.813.804	4.327.115	513.311	13,5%

O Resultado Líquido do exercício, 3.269.796 EUR, teve uma variação positiva de 12,8%, face ao Orçamento, o que representa um acréscimo de 372.295 EUR.

Para esta variação contribuíram os ganhos operacionais com -1%, compensados com uma redução simultânea de 6% nos gastos operacionais, de onde se destaca:

- Redução nos Ganhos de -1%, para o que contribuiu um aumento dos ganhos em Direitos de Superfície com impacto reduzido pela diminuição dos valores de prestação de serviços e uma redução de faturação a clientes pela cedência de energia elétrica no BlueBiz;
- Redução nos FSE, -25%, para o que contribuíram, por exemplo, a redução nos gastos em eletricidade, conservação e deslocações e estadas;
- Redução de 3% nos gastos com Pessoal, devendo-se, principalmente, à situação de colaboradores com situações de baixa por doença;
- Aumento de 8% da renda do IAPMEI e de 5% do *fee* da DGTF dado o seu cálculo estar diretamente associado ao resultado da ZILS e aos recebimentos de direitos de superfície, respetivamente;
- Redução do valor das Amortizações pelo facto de alguns dos investimentos previstos não se terem concretizado, terem terminado o ano em curso de realização ou iniciado o período de capitalização mais tarde;
- Decorrente da revisão do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística e de alteração de estratégia para ocupação do espaço dos areeiros, as ações ali realizadas tiveram um valor muito inferior ao previsto.



INVESTIMENTOS (€)	2020	2021		Variação	
		Orçamento	Real	Real - Orçamento	
Loteamentos de Zonas Industriais	35.889	1.662.268	52.677	-1.609.591	-96,8%
Redes de Utilidades	8.281	-	-	-	n.a.
Outras Redes de Edifícios	194.935	375.000	263.111	-111.889	-29,8%
Redes Viárias & Vedações	217.613	10.000	25.032	15.032	150,3%
Requalificação de Edifícios	774.049	1.252.246	151.999	-1.100.247	-87,9%
Equipamento Administrativo	16.332	28.400	6.366	-22.034	-77,6%
Equipamento Básico	-	-	656	656	n.a.
Equipamento de Transporte	19.705	25.000	6.800	-18.200	-72,8%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	11.382	310.500	2.513	-307.987	-99,2%
Outros AFT - Sinalética	4.223	55.360	2.865	-52.495	-94,8%
Desenvolvimento Portugal <i>Site Selection</i>	17.043	20.650	25.491	4.842	23,4%
Software	-	47.500	-	-47.500	-100,0%
TOTAL	1.299.452	3.786.924	537.509	-3.249.415	-85,8%

O Plano de Investimentos para 2021 previa um valor total de 3.786.924 EUR tendo, contudo, o exercício terminado com uma realização 537.509 EUR, ou seja, uma percentagem de realização de cerca de 14%. O nível de realização está associado, fundamentalmente, à opção tomada de não se iniciarem em 2021 obras relativas a novos loteamentos industriais e à não realização da requalificação de edifícios prevista para o BlueBiz. No primeiro caso a decisão esteve associada ao facto de se julgar prudente aguardar pela definição dos espaços a intervir, face à procura existente e aos contratos entretanto celebrados. No segundo caso, a grande intervenção prevista estava principalmente associada à continuidade do que tem vindo a acontecer no edifício I do parque, ou seja, a substituição das coberturas de amianto ainda existentes. Contudo, devido às novas ocupações do edifício foi considerado estar atingido o limite para ter que ser repensado o *layout* do interior do edifício de forma a cumprir as normas de segurança necessárias aos espaços ocupados, o que, ao ser implementado, irá provocar alterações nas coberturas, não fazendo sentido ter sido feita qualquer substituição.

5. Gestão de risco financeiro e cumprimento dos limites máximos do acréscimo de endividamento definidos para 2021, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG - 2021.

A aicep Global Parques não possui qualquer endividamento ou financiamento externo.



6. Evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, conforme a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril.

A aicep Global Parques aderiu, em 19 de outubro de 2016, ao Compromisso de Pagamento Pontual a Fornecedores, participando de forma ativa no movimento de responsabilidade social na promoção de uma cultura de pagamento pontual e da competitividade da economia portuguesa.

Em 2021 o prazo médio de pagamento foi de 16,1 dias.

PMP	2020	2021	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	23,2	16,1	-7,1	-31%

III. Estrutura de capital

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

A empresa é detida integralmente por capitais públicos.

Em 31-12-2021 o capital da Empresa, integralmente realizado, era composto por 4.037.261 ações, com o valor nominal de 5,00 EUR, detido pelos seguintes acionistas:

ACIONISTAS	VALOR - €	AÇÕES	%
AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	18.406.890,00	3.681.378	91,19%
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	1.084.590,00	216.918	5,37%
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA	434.265,00	86.853	2,14%
Caixa Geral de Depósitos, SA	130.280,00	26.056	0,65%
Câmara Municipal de Sines	130.280,00	26.056	0,65%
	20.186.305,00		

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

De acordo com o previsto no número 3 do artigo 5.º dos Estatutos da empresa, a maioria absoluta das ações com direito de voto pertencerão ao Estado, pessoas coletivas de direito público, empresas públicas, sociedades de capitais públicos ou sociedades cujo capital por força de lei ou dos estatutos



deva pertencer maioritariamente aos entes públicos atrás indicados. Está também previsto que a sociedade poderá emitir qualquer tipo de obrigações, nominativas ou ao portador nos termos da lei.

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e possam conduzir a eventuais restrições.

Não é do conhecimento da Administração a existência de qualquer acordo parassocial.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) no seu artigo 447.º (vide alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

No final de 2021, a aicep Global Parques detinha as seguintes participações sociais:

	%	Valor de aquisição - €
▪ TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M.	17,27	585.025,00
▪ ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	3,60	17.964,00
▪ RECIPEU - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Lda.	3,30	45.375,00

Relativamente às participações na Tecmaia e na Recipneu, encontram-se registadas perdas por imparidade pelo valor total das participações no capital. De referir que a Tecmaia se encontra em processo de liquidação.

2. Explicação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

No exercício de 2021, não se verificaram aquisições e alienações de participações sociais.

A aicep Global Parques participa num conjunto de entidades de natureza associativa, a saber:

- ECSPP - European Chemical Site Promotion Platform;
- APQUÍMICA - Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação;
- APLOG - Associação Portuguesa de Logística;



- AEDCP – Associação Portuguesa para o Cluster das Indústrias Aeronáuticas, do Espaço e da Defesa;
- CPLS - Comunidade Portuária e Logística de Sines;
- COMSINES - Conselho das Comunidades de Sines;
- AFTLA - Associação para a Formação Tecnológica no Litoral Alentejano;
- AESINTRA - Associação Empresarial de Sintra;
- Aiset - Associação da Indústria da Península de Setúbal;
- APPE - Associação Portuguesa de Parques Empresariais;
- ENA - Agência de Energia e Ambiente da Arrábida;
- Bombeiros Voluntários de Sines;
- Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Santo André;
- Bombeiros Voluntários de Setúbal;
- Bombeiros Voluntários de São Pedro de Sintra;
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa;
- AmCham Portugal - Câmara de Comércio Americana em Portugal;
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola;
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa;
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã.

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.

À data de 31 de dezembro de 2021, os membros do Conselho de Administração e o Fiscal Único não são titulares de ações da Sociedade, nem sobre elas realizaram quaisquer aquisições ou alienações.

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade.

As relações significativas de natureza comercial mantidas entre a Sociedade e os titulares de participações qualificadas, durante o exercício de 2021, correspondem às transações com partes relacionadas identificadas no capítulo VIII.



V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

A entidade deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE).

1. Identificação do modelo de governo adotado.

- a) A **Assembleia Geral**, constituída por um Presidente e um Secretário;
- b) O **Conselho de Administração** constitui o nível hierárquico máximo da empresa, que delega parte das suas funções numa Comissão Executiva. Compete à Comissão Executiva, no âmbito dos poderes delegados, a administração e coordenação das Direções, com vista à prossecução da missão e objetivos da empresa.

De acordo com os estatutos da aicep Global Parques, a empresa obriga-se pela assinatura de dois administradores; pela assinatura de um administrador e um procurador; pela assinatura de um administrador, no âmbito da respetiva delegação de competências ou se para o efeito tiver sido designado em ata do Conselho de Administração ou pela assinatura de procurador legalmente constituído nos termos e no âmbito do respetivo mandato.

A Comissão Executiva, no âmbito do seu funcionamento, com a existência de três Unidades de suporte (DAF - Direção Administrativa e Financeira, DN - Direção de Negócio e DT - Direção Técnica) e uma Assessoria Jurídica, transversais a todas as Unidades de Negócio, atribui pelouros a cada um dos seus membros, encontrando a distribuição atual da seguinte forma:

- Presidente da Comissão Executiva: DAF, Assessoria Jurídica e Relações Institucionais;
- Vice-Presidente da Comissão Executiva: DN;
- Administrador Executivo: DT.

- c) A **Fiscalização** dos negócios sociais compete a um Fiscal Único que tem um suplente, eleitos em Assembleia Geral, por um período de três anos. O Fiscal Único é uma sociedade de revisores oficiais de contas, com um representante nomeado para o cargo, e o suplente é revisor oficial de contas.

B. Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato



durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

De acordo com o disposto no número 8 do artigo 8.º dos estatutos da aicep Global Parques, a mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, que poderão ser acionistas, ou não, e que exercerão o seu mandato, sem prejuízo de reeleição, durante três exercícios consecutivos.

Durante o mandato de 2018/2020, a composição foi a seguinte:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Nuno André Oliveira Mangas Pereira

Secretário da Mesa

Nuno José Gonçalves Mascarenhas

Ressalve-se, contudo, que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Nuno André Oliveira Mangas Pereira, apresentou renúncia ao seu cargo a 18 de janeiro de 2021, na sequência do termo do seu mandato como Presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.. Foi substituído, na Assembleia Geral de 25 de junho de 2021, pelo Fiscal Único, Pedro Aleixo Dias. Nesta mesma Assembleia Geral foram eleitos os novos Órgãos Sociais para o mandato de 2021/2023, sendo a composição da mesa da assembleia geral em 31 de dezembro de 2021 a seguinte:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Francisco José da Fonseca Nunes e Sá

Secretário da Mesa

Nuno José Gonçalves Mascarenhas

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existentes.



C. Administração e Supervisão

1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.

De acordo com os estatutos da aicep Global Parques, a administração da sociedade é eleita em Assembleia Geral, competindo também à Assembleia Geral designar o Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, formada por até cinco administradores, um dos quais designado Presidente da Comissão Executiva. Em alternativa pode o Conselho de Administração delegar a gestão corrente em administradores-delegados, até ao máximo de três, com expressa indicação dos limites da delegação e das áreas funcionais de atuação atribuídas a cada um deles.

O Conselho de Administração poderá, a todo o tempo, destituir do cargo qualquer dos administradores-delegados ou substituir os membros da Comissão Executiva.

A empresa não possui Conselho Geral e de Supervisão.

2. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

De acordo com os estatutos da aicep Global Parques, a administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por até sete membros os quais exercem os respetivos mandatos durante três exercícios consecutivos, podendo ser reeleitos até ao limite de duas renovações.

Quanto à composição dos Órgãos Sociais nomeados em Assembleia Geral de 29 de junho de 2018 para o triénio 2018-2020, verificou-se a 1 de setembro de 2019 a saída do Vogal do Conselho de Administração não executivo Luís Miguel Pacheco da Fontoura, na sequência da sua deslocalização profissional para Luanda, Angola, não tendo sido substituído.

Adicionalmente, a 18 de janeiro de 2021 verificou-se a renúncia ao cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por Nuno André Oliveira Mangas Pereira, na sequência do termo do seu mandato



como Presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.. Foi substituído pelo Fiscal Único, Pedro Aleixo Dias, na Assembleia Geral de 25 de junho, na qual foram eleitos os Órgãos Sociais para o triénio 2021-2023.

Entre 1 de janeiro e 24 de junho de 2021, o Conselho de Administração integrou:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2018-2020	Presidente do Conselho de Administração, Não executivo	Maria Manuel Aires Serrano	Assembleia Geral	29/06/2018	Não Remunerada	Não aplicável
2018-2020	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva	Filipe Costa	Assembleia Geral	29/06/2018	aicep Global Parques	D
2018-2020	Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva	Silvino Malho Rodrigues	Assembleia Geral	29/06/2018	aicep Global Parques	D
2018-2020	Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva	Isabel Caldeira Cardoso	Assembleia Geral	29/06/2018	aicep Global Parques	D

A partir de 25 de junho de 2021, o Conselho de Administração integrou:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2021-2023	Presidente do Conselho de Administração, Não executivo	Rita Lindley Cintra Torres Araújo	Assembleia Geral	25/06/2021	Não Remunerada	Não aplicável
2021-2023	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva	Filipe Costa	Assembleia Geral	25/06/2021	aicep Global Parques	D
2021-2023	Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva	Isabel Caldeira Cardoso	Assembleia Geral	25/06/2021	aicep Global Parques	D
2021-2023	Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva	Miguel Gama	Assembleia Geral	25/06/2021	aicep Global Parques	D
2021-2023	Vogal do Conselho de Administração, Não executivo	Philomène Costa Dias*	Assembleia Geral	25/06/2021	aicep Global Parques	D*

* A AICEP E. P. E., processa mensalmente a remuneração da Dr.ª Philomène Costa Dias como Administradora da aicep Global Parques, S. A., juntamente com a remuneração da AICEP, E. P. E., emitindo posteriormente a respetiva fatura à aicep Global Parques

3. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do RJSPE).

De acordo com os estatutos da aicep Global Parques, a administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por até sete membros. O Conselho pode delegar a gestão



corrente da sociedade numa Comissão Executiva, formada por até cinco administradores, um dos quais designado Presidente da Comissão Executiva.

No âmbito dos Órgãos Sociais eleitos para o triénio 2018-2020, apesar de eleitos em nome individual, a Presidente do Conselho de Administração, Maria Manuel Aires Serrano, e o Administrador não Executivo, Luís Miguel Fontoura, eram, respetivamente, Administradora Executiva e Diretor na AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, acionista da aicep Global Parques.

A mesma situação verifica-se no âmbito dos Órgãos Sociais eleitos para o triénio 2021-2023, em que a Presidente do Conselho de Administração, Rita Lindley Cintra Torres Araújo, e a Administradora não Executiva Philomène da Costa Dias, apesar de eleitas em nome individual, são, respetivamente, Administradora Executiva e Diretora na AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.

A empresa não possui Conselho Geral e de Supervisão.

4. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos (vide alínea j) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

Ver ANEXO I.

5. Evidências da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE).

Ver ANEXO V.

6. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.

No âmbito do triénio 2018-2020:



Presidente do Conselho de Administração – Maria Manuel Aires Serrano

Administradora Executiva da acionista AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.

No âmbito do triénio 2021-2023:

Presidente do Conselho de Administração – Rita Rita Lindley Cintra Torres Araújo

Administradora Executiva da acionista AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.

Vogal do Conselho de Administração, não executivo - Philomène Costa Dias

Diretora da acionista AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.

7. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade.

A aicep Global Parques, no âmbito da sua atividade, desenvolve um conjunto de competências que são desempenhadas através de uma estrutura orgânica do tipo hierárquico, com os seguintes níveis de responsabilidade:

A Administração

O Conselho de Administração constitui o nível hierárquico máximo da empresa, que delega parte das suas funções numa Comissão Executiva. Compete à Comissão Executiva, no âmbito dos poderes delegados, a administração e coordenação das Direções, com vista à prossecução da missão e objetivos da empresa.

Compete diretamente à Comissão Executiva:

- Coordenação geral da empresa;
- Relações institucionais;
- Administração das Unidades Operativas: considerados os locais onde a empresa desenvolve a sua atividade, ZILS, BlueBiz e Albiz;
- Coordenação das Unidades de Suporte: considerados os serviços transversais, ou seja, Direção Administrativa e Financeira, Direção de Negócio e Direção Técnica e Assessoria Jurídica.



No âmbito do triénio 2018-2020, em reunião de 2 de julho de 2018, o Conselho de Administração aprovou o Regulamento da Comissão Executiva (CE), no qual são definidas, nomeadamente, as competências para autorização de realização de despesas e as condições da respetiva delegação. Em consequência foram criadas as bases para se consolidarem as regras para a aprovação de despesas, no dia-a-dia do funcionamento da empresa. O Regulamento manteve-se em vigor até 30 de junho de 2021.

Na sequência da eleição dos novos Órgãos Sociais na Assembleia Geral de 25 de junho de 2021, foi aprovado um novo Regulamento da CE, na reunião do Conselho de Administração de 30 de junho de 2021.

A realização de qualquer despesa deve ser objeto de autorização prévia nos termos das competências seguidamente referidas.

Sempre que seja necessário realizar qualquer despesa, cujo valor não possa ser previamente conhecido, por razões da sua própria natureza, deverá ser apresentado para prévia autorização à Comissão Executiva o pedido no qual seja especificada a natureza e a necessidade da referida despesa.

Em todos os processos deve cumprir-se o "Manual de Procedimentos" em vigor na empresa.

Nos termos do já referido "Regulamento da CE", no âmbito de competências da Comissão Executiva, foi definida autorização para aprovação de despesas constantes no Orçamento, até 200.000,00 euros por cada uma, concretamente as referentes a gastos de funcionamento corrente e de investimento. Para as despesas não orçamentadas foi definido que o limite máximo de autorização por despesa é de 25.000 euros.

De acordo com o disposto no número 3 do artigo 3.º do Regulamento da CE, são delegados poderes para autorizar despesas orçamentadas de acordo com o quadro seguinte:

Comissão Executiva	> 10.000 € e ≤ 200.000 €
Presidente da CE e Um Administrador	≤ 10.000 €
Dois Administradores	≤ 7.500 €
Presidente da CE	≤ 2.500 €
Administrador	≤ 2.000 €
Diretor	≤ 1.000 €

São igualmente delegados poderes para autorizar despesas não orçamentadas de acordo com o quadro seguinte:



Comissão Executiva	≤ 25.000 €
Presidente da CE e Um Administrador	≤ 7.500 €
Dois Administradores	≤ 5.000 €
Presidente da CE	≤ 2.000 €
Administrador	≤ 1.500 €

Os pagamentos são efetuados pelos administradores executivos, vinculados por duas assinaturas, através da utilização de *Homebanking*, após verificação e confirmação pelos Diretores que estejam na origem da despesa e validação e aprovação pela Diretora Administrativa e Financeira.

As Direções

Direção Administrativa e Financeira

Como Unidade de Suporte, a DAF - Direção Administrativa e Financeira desempenha um conjunto de atividades transversais à empresa, assegurando, nomeadamente, as funções administrativa, contabilística, financeira, fiscal, recursos humanos, seguros, património, procedimentos, planeamento, controlo e reportes, estudos, contratos, compras, acompanhamento e apoio à gestão das participadas e tecnologias de informação.

Direção Técnica

Assegura as funções de desenvolvimento dos instrumentos de planeamento e ordenamento das áreas/produtos sob gestão, promovendo – em *insourcing* ou *outsourcing* – projetos, processos de licenciamento, execução das consequentes obras de loteamento e infraestruturização e obras de grande manutenção, tendo em conta as várias unidades de negócio sob gestão da empresa.

Direção de Negócio

A Direção de Negócio assume responsabilidades que englobam vertentes como: o desenvolvimento de produto, o acompanhamento comercial, as relações institucionais, a comunicação e a promoção comercial. Assegura ainda a gestão do produto/serviço Portugal Site Selection e a participação na Associação Portuguesa de Parques Empresariais.

Direção de Unidade de Negócio – Parques Empresariais

Numa base local ou regional, desempenha a função de gestão da unidade, assegura a gestão dos recursos locais (pessoal, manutenção, outros gastos operacionais), assim como o relacionamento com os clientes, atuais e potenciais, e suporta as relações institucionais locais. Neste caso incluem-se a ZILS, o BlueBiz e o Albiz.



A estrutura organizacional assume uma lógica matricial, centrada nas competências/produtos, permitindo às Unidades Operativas focar-se naquilo que é o seu objeto principal, na sua área de intervenção, com o apoio das Unidades de Suporte, enquanto entidades com atividades transversais à empresa. É um tipo de organização com uma estrutura ágil e reduzida o que, para absorver as exigências necessárias ao funcionamento da empresa, obriga a que seja necessariamente multidisciplinar.



8. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:

a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas;

Período de 1 de janeiro de 2021 a 24 de junho de 2021 (mandato 2018-2020)

n.º de reuniões CA: 5 (ata 263 a 267)

n.º de reuniões CE: 18 (ata 719 a 736)

	Presenças	
	CA*	CE**
Presidente do Conselho de Administração Maria Manuel Aires Serrano	5	***
Presidente da Comissão Executiva Filipe Santos Fernandes Costa	5	18
Vice-Presidente da Comissão Executiva Silvino Rosa Malho Rodrigues	5	18
Vogal Executiva Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto	5	18

*Conselho de Administração

**Comissão Executiva

*** Não Executivos



Período de 25 de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 (mandato 2021-2023)

n.º de reuniões CA: 7 (ata 268 a 274)

n.º de reuniões CE: 19 (ata 737 a 755)

	Presenças	
	CA*	CE**
Presidente do Conselho de Administração Rita Lindley Cintra Torres Araújo	7	***
Presidente da Comissão Executiva Filipe Santos Fernandes Costa	7	19
Vice-Presidente da Comissão Executiva Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto	7	19
Vogal Executivo Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque	7	19
Vogal do Conselho de Administração Philomène da Costa Dias	7	***

*Conselho de Administração

**Comissão Executiva

*** Não Executivos

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato seguinte:

Período de 1 de janeiro a 24 de junho de 2021

Conselho de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Funções	Regime
Maria Manuel Aires Serrano *	AICEP Portugal Global, EPE	Administradora	Público
Filipe Costa **	ADRAL, SA	Administrador não executivo	Privado
Filipe Costa ***	Comissão Portuguesa do Atlântico	Vogal do Conselho Fiscal	Privado
Silvino Malho Rodrigues **	COMSINES	Presidente da Assembleia Geral	Privado
Silvino Malho Rodrigues **	ENA	Administrador	Privado
Isabel Caldeira Cardoso **	European Chemical Site Promotion Platform (ECSP)	Membro do Comité Executivo	Privado
Isabel Caldeira Cardoso **	APLOG	Membro da Mesa da Assembleia Geral	Privado
Isabel Caldeira Cardoso ***	João 13 - Assoc. Apoio e Serviços a Pessoas Carenciadas	Membro do Conselho Fiscal	Privado
Isabel Caldeira Cardoso **	APQuímica	Membro do Conselho Estratégico	Privado

* Cargo Remunerado

** Em representação da aicep Global Parques. Cargos não remunerados

*** Cargo não remunerado



Período de 25 de junho a 31 de dezembro de 2021

Conselho de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Funções	Regime
Rita Lindley Cintra Torres Araújo *	AICEP Portugal Global, EPE	Administradora	Público
Filipe Costa **	ADRAL, SA	Administrador não executivo	Privado
Filipe Costa ***	Comissão Portuguesa do Atlântico	Vogal do Conselho Fiscal	Privado
Isabel Caldeira Cardoso **	European Chemical Site Promotion Platform (ECSP)	Membro do Comité Executivo	Privado
Isabel Caldeira Cardoso **	APLOG	Membro da Mesa da Assembleia Geral	Privado
Isabel Caldeira Cardoso ***	João 13 - Assoc. Apoio e Serviços a Pessoas Carenciadas	Membro do Conselho Fiscal	Privado
Isabel Caldeira Cardoso **	APQuímica	Membro do Conselho Estratégico	Privado
Isabel Caldeira Cardoso **	APPE – Associação Portuguesa de Parques Empresariais	Presidente da Direção	Privado
Miguel Gama *	Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa	Docente	Público
Miguel Gama ****	Assembleia Municipal de Lisboa	Deputado Municipal	Público
Miguel Gama **	ENA	Administrador	Privado
Miguel Gama ***	Associação Portuguesa Facilities Management	Vogal da Direção	Privado
Philomène Costa Dias *	AICEP Portugal Global, EPE	Diretora	Público

* Cargo Remunerado

** Em representação da aicep Global Parques. Cargos não remunerados

*** Cargo não remunerado

**** Cargo remunerado (senhas), exerceu funções até outubro de 2021

c) Órgãos da entidade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;

Não aplicável, sem prejuízo da avaliação da gestão pela Assembleia Geral, nomeadamente por ocasião da aprovação do relatório de gestão e contas anual.

Foi aprovado o Contrato de Gestão na AG de 25 de junho de 2021, faltando a aprovação pela tutela do acionista maioritário, a AICEP, EPE.

Não existem outros critérios para além dos objetivos definidos e aprovados no Plano de Atividades e Orçamento anual.



d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Não existentes.

D.Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

A fiscalização dos negócios sociais compete a um fiscal único que terá um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes.

O fiscal único e o suplente são revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Fiscal Único Efetivo

BDO & Associados, SROC, representada por Pedro Aleixo Dias

Fiscal Único Suplente

Mário Jorge Silvestre Neto

O atual Fiscal Único Efetivo SROC/ROC iniciou o seu primeiro mandato em 2012. Anteriormente: (i) esta SROC era representada por outro ROC (desde 2006); (ii) no período de 2002 a 2004 o Fiscal Único Efetivo era outra SROC que veio a ser integrada na atual SROC.

O atual Fiscal Único Suplente foi designado para um primeiro mandato correspondente ao exercício de 2009.

Assim, temos para o mandato de 2018-2020:



Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº Inscrição OROC	Nº Inscrição CMVM	Forma	Data	Contratada	
2018-2020	Efetivo	BDO & Associados - SROC, Lda Representada por Pedro Manuel Aleixo Dias	29	1122	Assembleia Geral	29/06/2018	Sim	5
2018-2020	Suplente	Mario Jorge Silvestre Neto	1192	N.A.	Assembleia Geral	29/06/2018	Sim	4

E para o mandato de 2021-2023, na sequência da eleição dos novos Órgãos Sociais na Assembleia Geral de 25 de junho de 2021:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº Inscrição OROC	Nº Inscrição CMVM	Forma	Data	Contratada	
2021-2023	Efetivo	BDO & Associados - SROC, Lda Representada por Pedro Manuel Aleixo Dias	29	1122	Assembleia Geral	25/06/2021	Sim	6
2021-2023	Suplente	Mario Jorge Silvestre Neto	1192	N.A.	Assembleia Geral	25/06/2021	Sim	5

2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.

Não aplicável.

3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.

Não aplicável.

4. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;

Não aplicável.

5. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Não aplicável.



6. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras:

Não aplicável.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único:

Ver número de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na CMVM no quadro do ponto D.1. anterior:

- Efetivo - BDO & Associados, SROC, Lda. representada por Pedro Aleixo Dias

O atual Fiscal Único Efetivo SROC/ROC iniciou o seu primeiro mandato em 2012. Anteriormente: (i) esta SROC era representada por outro ROC (desde 2006); (ii) no período de 2002 a 2006 o Fiscal Único Efetivo era outra SROC que veio a ser integrada na atual SROC.

- Suplente:

Mário Jorge Silvestre Neto (em funções desde 2009).

Na eleição dos novos Órgão Sociais na Assembleia Geral de 25 de junho de 2021, não houve alteração no Fiscal Único Efetivo nem no Fiscal Único Suplente na transição do mandato de 2018-2020 para o mandato de 2021-2023, conforme evidenciado no ponto D.1. anterior.

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à entidade.

Não existem limitações legais ou outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à entidade.



3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos seguintes:

O atual Fiscal Único Efetivo SROC/ROC iniciou o seu primeiro mandato em 2012. Anteriormente: (i) esta SROC era representada por outro ROC (desde 2006); (ii) no período de 2002 a 2006 o Fiscal Único Efetivo era outra SROC que veio a ser integrada na atual SROC.

A remuneração do Fiscal Único, estabelecida conforme deliberado em Assembleia Geral para o mandato de 2018-2020, em contrato de prestação de serviços celebrado com a aicep Global Parques, S. A., manteve-se em 2021, tendo representado 12.600,00 EUR, acrescidos de IVA.

Nome	Remuneração Anual 2021 (€)			Identificação Serviços	Valor Serviços adicionais 2021 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)		Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO & Associados - SROC, Lda	12.600,00	0,00	12.600,00	n.a.	0,00	0,00	0,00

4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

Não aplicável.

F. Conselho Consultivo

A empresa não dispõe de Conselho Consultivo, apesar de previsto nos seus Estatutos a possibilidade da sua constituição.

G. Auditor Externo

A empresa não dispõe de auditor externo.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade.

Os estatutos da empresa não definem as regras para se proceder à respetiva alteração pelo que deve seguir-se a lei geral, ou seja, aprovado pela Assembleia Geral.



2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade.

Não existe até ao momento um código de ética e de conduta que tenha pré-estabelecidos mecanismos ou processos de comunicação de eventuais irregularidades ocorridas na empresa. Considerando a dimensão da empresa, os níveis hierárquicos existentes e a facilidade na comunicação interna, é simples a passagem deste tipo de informação.

Não foram registadas até à data comunicações deste género.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.

No que se refere à mitigação e prevenção de fraude organizacional, para além da monitorização ao cumprimento dos procedimentos existentes, como é o caso dos relativos a compras, existe o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, no âmbito do qual são identificados potenciais riscos e estabelecidos objetivos e medidas para minimizar os riscos nele assinalados

<https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2021/02/Plano-de-Gestao-de-Riscos-de-Corruptcao-e-Infracoes-Conexas.pdf>

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade).

A aicep Global Parques detém um conjunto de procedimentos que visam organizar os circuitos e os processos administrativos, financeiros e documentais, de modo a garantir um bom cumprimento das diretivas de gestão e respetiva autorização das operações e transações.

A estrutura organizacional encontra-se definida e espelhada no organograma atrás apresentado, estando definidas as funções de cada uma das Unidades e estabelecidas as limitações de autoridade e respetiva delegação de competências.

No que respeita ao processo de divulgação de informação económico-financeira, existem processos claros e conhecidos de toda a organização, no âmbito da gestão, que definem a forma de aprovação, conferência e validação da despesa realizada com uma hierarquia de delegação de competências por



níveis de responsabilidade repartidas pelas Direções, vogais executivos e Conselho de Administração, consoante os montantes, conforme referido anteriormente. Todas as despesas correntes e de investimento realizadas são baseadas num orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, por S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro após validação pela UTAM e pelos acionistas. A área financeira faz um acompanhamento da execução orçamental, identifica os desvios e as suas causas.

A informação económico-financeira é produzida pela Direção Financeira e reportada, trimestralmente, caso não se justifique outro momento, ao Conselho de Administração, que distribui pelas várias direções. Externamente, desde final de 2017, à Direção-Geral do Tesouro e Finanças/Inspeção-Geral de Finanças (registo direto no SIRIEF-Sistema de Recolha de Informação Económico-Financeira, conforme o calendário previsto).

2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

A empresa não possui um serviço de auditoria interna, sendo esta função realizada pelos intervenientes nos processos e ações em curso, para os quais existem procedimentos que permitem que sejam envolvidas pessoas de áreas distintas da que está na origem do processo, o que permite a monitorização correspondente com vista à minimização dos riscos inerentes e independência no controlo.

3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da entidade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.

A empresa definiu um plano Estratégico para o Triénio de 2018-2020, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral realizada em 25 janeiro de 2019 traduzido, em cada ano, no Plano de Atividades e Orçamento, aprovado pela função acionista, e que tem em conta a forma matricial de funcionamento da empresa.

Após a eleição dos novos Órgão Sociais na Assembleia Geral de 25 de junho de 2021, foi aprovado um Plano Estratégico para o triénio de 2021-2023, em reuniões da Comissão Executiva de 28 de julho, do Conselho de Administração a 30 de julho e de Assembleia Geral a 6 de dezembro.



Relativamente aos eventuais riscos relacionados com a atividade da empresa a aicep Global Parques possui um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção, onde foram identificados alguns riscos e medidas de mitigação, não tendo sido detetado até ao momento qualquer situação de ocorrência, conforme referido no Relatório anual.

4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.

Não se aplica.

5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Todas as unidades, de suporte e operativas, da empresa têm competência na prevenção de riscos em função da sua relação com a natureza dos mesmos.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade.

Os principais riscos identificados no exercício da atividade são:

- em termos económicos e financeiros:

- Incumprimento de pagamentos de dívidas de clientes;
- Investimentos financeiros/participações societárias;
- Denúncia antecipada de vínculos contratuais.

- em termos operacionais:

- Inexistência de produto disponível para ocupação imediata;
- Incumprimento dos prazos assumidos para a instalação de novos clientes decorrente de atrasos nas obras de infraestruturização dos novos espaços ou de procedimentos urbanísticos;
- Denúncia antecipada de vínculos contratuais;
- Incumprimento das regras estabelecidas para o Plano de Monitorização Ambiental da ZILS.

- em termos jurídicos:

- Os riscos jurídicos são os genéricos de qualquer atividade pelo incumprimento de leis ou regulamentos.



7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

Atualmente, a avaliação, tratamento e gestão do risco são efetuados para os âmbitos do ambiente, segurança e saúde no trabalho e segurança da informação.

A gestão do risco passa pela identificação de fontes de risco, áreas de impacto, causas e potenciais consequências de forma a proceder à análise do risco inerente. Concluída a análise deverá ser definida a metodologia a adotar para a resolução do problema ou da sua mitigação.

A responsabilidade civil dos riscos operacionais referidos encontra-se devidamente transferida (seguros) até aos montantes considerados adequados.

Relativamente aos riscos associados às compras, tendo sido adquirida uma plataforma de contratação para consultas para aquisição de empreitadas, de bens e serviços com o objetivo de alargar o leque de fornecedores, em total transparência processual, existem orientações explícitas relativamente à sua utilização prioritária face a outras formas de consulta. Para o efeito, acresce a existência de procedimentos conducentes à definição e realização de todo o processo.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

Devendo a política de risco da aicep Global Parques vir a ser definida no âmbito do Plano Estratégico, incluindo, nomeadamente, a gestão do risco associado à informação financeira e segurança da informação, para as quais não existe atualmente um plano específico aprovado, a respetiva divulgação tem vindo a ser efetuada, nomeadamente no que respeita ao conteúdo dos vários documentos de *reporting*, através da sua disponibilização no portal da empresa na internet, para além do cumprimento das obrigações decorrentes do Código das Sociedades Comerciais.

Outra informação pontual prestada para o exterior comporta apenas elementos anteriormente divulgados ao abrigo das obrigações legais ou das orientações do acionista, para além de ser obrigatoriamente canalizada pela área orgânica da empresa responsável pela função de Comunicação ou pela Direção Financeira.



C. Regulamentos e Códigos

1. *Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação da hiperligação do sítio na internet da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta.*

- a) Estatuto jurídico

A aicep Global Parques é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que se rege pelos seus estatutos, cuja versão se encontra publicada no seu portal da internet:

<https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2021/09/Estatutos-aicep-Global-Parques.pdf>

A atual estrutura da aicep Global Parques, à data denominada APIPARQUES, teve origem, em 2004, na fusão por incorporação das empresas PGS – Promoção e Gestão de Áreas Industriais e Serviços, S. A. e da SODIA 2, S. A..

A aicep Global Parques, na sequência do acima referido, assumiu todos os compromissos e responsabilidades das empresas incorporadas pelo que está obrigada a cumprir o Acordo de Gestão existente com o IAPMEI, para a gestão da Zona Industrial e Logística de Sines e restante património do IAPMEI naquela zona.

Para além da legislação aplicável às sociedades comerciais em geral, a aicep Global Parques, por ter natureza de empresa pública, está também sujeita, naquilo que se lhe aplica, à legislação específica do Setor Empresarial do Estado, designadamente, o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o regime jurídico deste setor.

- b) Enquadramento em matéria de pessoal

O pessoal da aicep Global Parques está sujeito à Lei Geral do Trabalho. A empresa possui ainda os seguintes regulamentos internos de recursos humanos:

- o Regulamento interno: Procedimento de Carreiras; Procedimento de Desempenho; Procedimento de Compensações; Procedimento de Assiduidade, Ausências e Férias; Procedimento Utilização de Viaturas; Procedimento de deslocações em Serviço;
- o Código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho;
https://drive.google.com/file/d/1hjJM8_5wZB7JQMaTtY0x-S8rwY_QLi3/view
- o Código de Ética e de Conduta.
<https://drive.google.com/file/d/1d3MTUsFhvTgOOgfo5uTGBVvQkdzEbdVY/view>

- c) Outros normativos



No âmbito da atividade exercida, a empresa possui:

- o Planos de Emergência Interna, aprovados pela ANPC, para os escritórios de Lisboa e para os Parques Empresariais:

- 📁 BlueBiz (Setúbal)

- https://drive.google.com/file/d/1ry0JOIClsbdYyGXhI5MFG-ONv4_5C5Rv/view?usp=sharing

- 📁 Albiz (Sintra)

- https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2020/11/Plano-emergencia-Albiz_.pdf

- o Regulamentos para os Parques Empresariais:

- 📁 BlueBiz (Setúbal)

- <https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2020/11/Regulamento-BlueBiz.pdf>

- 📁 Albiz (Sintra)

- https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2020/11/Regulamento_Albiz.pdf

- o Regulamentos e legislação relativa ao funcionamento da ZILS:

- 📁 Plano de Segurança Interno do CNZILS

- 📁 PDM Sines Portaria 623/90 de 4/8

- 📁 PUZILS Edital nº 1090/2008 em DR 2ª Serie nº 217 de 7/11/2008

- 📁 Plano de Monitorização Ambiental da ZILS

- 📁 Regulamento do Loteamento E da Zona 1 da ZILS

- 📁 Regulamento do Loteamento da Zona 2 da ZILS

- 📁 Regulamento do Loteamento da Zona 10 da ZILS

- 📁 Contrato de Cooperação Interempresarial (base contratual para a EGEO – Entidade Gestora das Esteiras de Oleodutos da ZILS)

- 📁 Plano de Pedreira do Areeiro ZILS IGM 6316

- 📁 Plano Ambiental de Recuperação Paisagística do Areeiro ZILS IGM 6316

- 📁 Regulamento do Condomínio dos Blocos A1, A5, B2, B3, B4, B5, B6, C1, C2 do Bairro do Pinhal, Vila Nova de Santo André

- 📁 Legislação de fixação dos preços dos cânones de direitos de superfície e contratos de prestação de serviços.

- o Plano de qualidade cliente e colaborador.

2. *Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível*



para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade (vide artigo 47.º do RJSPE).

A empresa possui um Código de Ética e Conduta, aprovado em 14 de setembro de 2020, que foi distribuído pelos colaboradores e encontra-se publicado no site da empresa, com o link:

<https://drive.google.com/file/d/1d3MTUsFhvTgOOgfo5uTGBVvQkdzEbdVY/view>

3. *Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), com a data da última atualização, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor, relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da entidade onde se encontra publicitado o respetivo Relatório Anual de Execução do PGRCIC (vide artigo 46.º do RJSPE).*

A empresa possui um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que foi distribuído pelos colaboradores da empresa, e se encontra publicado no site da empresa, com o link:

<https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2021/02/Plano-de-Gestao-de-Riscos-de-Corruptao-e-Infracoes-Conexas.pdf>

Para 2021 foi realizado um relatório de monitorização que se encontra publicado no site da empresa com o link:

<https://globalparques.pt/files/Relatorio-Anual-2021.pdf>

D. Deveres especiais de informação

1. *Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE), a saber:*



a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;

Portal da empresa e Portal SIRIEF.

b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;

Portal da empresa e Portal SIRIEF.

c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;

Portal da empresa e Portal SIRIEF.

d) Orçamento anual e plurianual;

Portal da empresa e Portal SIRIEF.

e) Documentos anuais de prestação de contas;

Tribunal de Contas, Portal da Empresa, portal SIRIEF e Autoridade Tributária.

f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Em 2021, apesar de estarem realizados todos o Relatórios trimestrais nem todos foram divulgados no Portal da empresa e no Portal SIRIEF, ação que se pretende ver implementada em 2022.

2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço



público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE).

www.globalparques.pt

E. Sítio na Internet

1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s) na divulgação dos seguintes elementos sobre a entidade (vide artigo 53.º do RJSPE):

a) Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;

- ✓ Morada da Sede:
ZILS - Zona Industrial e Logística de Sines
Edifício ZILS - Monte Feio
Apartado 168
7520-902 Sines, Portugal
- ✓ Número único de pessoa coletiva e de matrícula 503580929, matriculada na 2.ª Conservatória do Registo Comercial de Setúbal;
- ✓ Capital social de 20.186.305,00 euros, integralmente realizado;
- ✓ Certidão Permanente n.º 3818-1400-3285;
- ✓ Site: www.globalparques.pt

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;

<https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2021/09/Estatutos-aicep-Global-Parques.pdf>

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

<https://globalparques.pt/quem-somos/>

d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;

<https://globalparques.pt/files/Relatorio-de-Gestao-e-Contas-2020.pdf>



e) *Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;*

Não aplicável.

f) *Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.*

Não aplicável.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE).

Não aplicável.

2. Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE), das quais deverão constar os seguintes elementos: Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis; Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento; Critérios de avaliação e revisão contratuais; Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes; Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício; Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes. A entidade deve apresentar evidência do seguinte:

a. que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;

Não aplicável.



b. que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e

Não aplicável.

c. que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.

Não aplicável.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da entidade.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral ou Comissão de Vencimentos
Remuneração dos membros da Comissão executiva	Assembleia Geral ou Comissão de Vencimentos
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração

2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do RJSPE).

A realização de despesas ou outra ação por parte de um membro do Conselho de Administração é sempre objeto de autorização por parte de um outro membro ou de mais, conforme for a natureza e valor da ação a autorizar, abstendo-se o próprio de tomar posição sobre o assunto.

3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas

No ANEXO IV a este documento são apresentadas as mencionadas declarações.



Com a aprovação do presente documento, consideram-se assim apresentadas as mesmas aos órgãos de administração e de fiscalização.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Não existe.

C. Estrutura das Remunerações

1. *Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.*

As remunerações e outras regalias são fixadas pela Assembleia Geral, tendo presente a legislação aplicável, nomeadamente a classificação da empresa, as leis do Orçamento do Estado e o Estatuto do Gestor Público (DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro). A Assembleia Geral pode delegar numa Comissão, composta por três membros, a fixação das referidas remunerações e outras regalias.

2. *Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade.*

Atualmente a remuneração é estruturada de acordo com a legislação aplicável e fixada pela Assembleia Geral.

3. *Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.*

Não aplicável.

4. *Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.*

Não aplicável.



5. Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.

No âmbito do mandato de 2018-2020, a Comissão Executiva apresentou proposta de contrato de gestão a celebrar com S. Exa. o Secretário de Estado da Internacionalização, na qualidade de membro do Governo que tutela o setor de atividade da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. e com o acionista Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., representada pelo Presidente do Conselho de Administração, na qualidade de acionista maioritário, diretamente titular de 91,19% do capital social da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A.. Este contrato não incluía a atribuição de prémio.

Na sequência de eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2021-2023 na Assembleia Geral de 25 de junho de 2021, surgiu uma nova proposta de contrato de gestão, aprovada pela Comissão Executiva a 28 de julho, pelo Conselho de Administração a 30 de julho e pela Assembleia Geral a 6 de dezembro, estando a sua aprovação final condicionada à aprovação pela tutela, mediante remissão da AICEP. O contrato, que aguarda assinatura, não contempla a atribuição de prémio.

6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Não aplicável.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Estatuto remuneratório fixado (EGP)

De 1 de janeiro de 2021 a 24 de junho de 2021 (mandato 2018-2020)



Conselho de Administração	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	S/N	[A/B/C]	Vencimento Mensal	Despesas Representação
María Manuel Aires Serrano	N.A.	C	não remunerado	
Filipe Costa	S	C	4.132,75	1.653,10
Silvino Malho Rodrigues	S	C	3.673,55	1.469,42
Isabel Caldeira Cardoso	S	C	3.673,55	1.469,42

Notas:

Apesar de formalmente não termos sido informados da classificação da empresa, no âmbito da RCM N.º16/2012 de 14 de fevereiro, a empresa considera-se classificada no grupo C

Remunerações brutas antes das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º. 12-A/2010, de 30 de junho

De 25 de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 (mandato 2021-2023)

Conselho de Administração	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	S/N	[A/B/C]	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Rita Lindley Cintra Torres Araújo	N.A.	C	não remunerado	
Filipe Costa	S	C	4.132,75	1.653,10
Isabel Caldeira Cardoso	S	C	3.673,55	1.469,42
Miguel Gama	S	C	3.673,55	1.469,42
Philomène Costa Dias	S	C	568,00	0,00

Notas:

Apesar de formalmente não termos sido informados da classificação da empresa, no âmbito da RCM N.º16/2012 de 14 de fevereiro, a empresa considera-se classificada no grupo C

Remunerações brutas antes das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º. 12-A/2010, de 30 de junho

Período de 1 de janeiro a 24 de junho de 2021

Conselho de Administração	Remuneração Anual (€)				
	Fixa	Variável	Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Final
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)-(4)
María Manuel Aires Serrano			Não remunerado		
Filipe Costa	46.471,74	N.A.	46.471,74	1.877,65	44.594,09
Silvino Malho Rodrigues	44.705,18	N.A.	44.705,18	2.235,26	42.469,92
Isabel Caldeira Cardoso	35.682,42	N.A.	33.380,32	1.669,02	31.711,31

Nota: Reduções remuneratórias previstas na Lei n.º. 12-A/2010, de 30 de junho



Período de 25 de junho a 31 de dezembro

Conselho de Administração	Remuneração Anual (€)				
	Fixa	Variável	Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Final
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)-(4)
Rita Lindley Cintra Torres Araújo			Não remunerado		
Filipe Costa	40.142,78	N.A.	40.142,78	2.007,14	38.135,64
Isabel Caldeira Cardoso	35.682,42	N.A.	35.682,42	1.784,12	33.898,29
Miguel Gama	34.531,37	N.A.	34.531,37	1.726,57	32.804,80
Philomène Costa Dias	4.124,88	N.A.	4.124,88	206,24	3.918,64

Nota: Reduções remuneratórias previstas na Lei nº. 12-A/2010, de 30 de junho

Período de 1 de janeiro a 24 de junho de 2021

Administradores Executivos	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor Dia	Valor Ano	Identificar	Valor			
Filipe Costa	9,00	702,00	Segurança Social	8.504,61	2.380,04	218,93	152,94
Silvino Malho Rodrigues	9,00	1.008,00	Segurança Social	10.109,55	1.396,74	566,96	135,95
Isabel Caldeira Cardoso	9,00	837,00	Segurança Social	7.566,91	2.623,02	227,33	135,95
Total		2.547,00		26.181,07	6.399,80	1.013,22	424,85

Período de 25 de junho a 31 de dezembro de 2021

Administradores Executivos	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor Dia	Valor Ano	Identificar	Valor			
Filipe Costa	9,00	927,00	Segurança Social	9.136,81	2.544,18	234,03	163,49
Isabel Caldeira Cardoso	9,00	1.107,00	Segurança Social	8.132,23	2.803,91	243,00	145,33
Miguel Gama	9,00	1.098,00	Segurança Social	15.699,14	2.482,40	134,74	145,33
Total		3.132,00		32.968,18	7.830,49	611,77	454,15

2. Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2021, não foi pago qualquer montante por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.



3. *Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.*

No exercício de 2021, não foi paga qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

4. *Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.*

No exercício de 2021 não foi paga qualquer indemnização a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções.

5. *Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.*

Ver secção 3 do subcapítulo E do capítulo V.

6. *Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.*

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. *Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.*

A aicep Global Parques elabora anualmente o Dossier de Preços de Transferência de acordo com o regime de preços de transferência em vigor em Portugal. Este *dossier* demonstra a paridade de mercado nos termos e condições acordados, aceites e praticados nas operações vinculadas realizadas com entidades relacionadas.

Operações com partes relacionadas:



Em 2021 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Parte relacionada	(em EUR)				
	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas Ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe AICEP, EPE	8.418,63	-	-	14.754,29	-
Entidades com influência IAPMEI	3.366.178,47	-	-	-	-
	3.374.597,10	-	-	14.754,29	-

Descrição das operações:

Operações ativas

AICEP, EPE - Arrendamento de espaços (Albiz)

Operações passivas

IAPMEI - Renda do IAPMEI (Renda referente ao ano anterior)

IAPMEI - FEE DGTF (referente ao ano anterior)

AICEP, EPE - Publicidade em publicações periódicas

AICEP, EPE – Desempenho de funções nos Órgãos Sociais

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

A aicep Global Parques dispõe de um procedimento de compras com regras para todas as etapas do processo de compra com *workflows* com vários níveis de aprovação. Destacam-se as principais premissas associadas ao processo de compra:

- Segregação de funções, na elaboração das diversas peças de procedimentos conducentes à contratação com diferentes níveis de avaliação e decisão;
- Existência de delegação de competências relativas a montantes máximos para autorização;
- Utilização de plataforma eletrónica de compras, Vortal;
- Existência de plataforma informática ERP integrada com o sistema de gestão documental que permite a interligação nas diferentes fases de compra até à aprovação e pagamento de faturas, com autorização de vários intervenientes;
- Existência de comissões multidisciplinares de análise de propostas.

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

Não existem.



c) Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Conforme explicitado anteriormente, a aicep Global Parques está obrigada a cumprir o Acordo de Gestão existente com o IAPMEI, para a gestão da Zona Industrial e Logística de Sines, e restante património do IAPMEI naquela zona, sendo registada contabilisticamente em Fornecimentos e Serviços Externos a Renda paga pela aicep Global Parques ao IAPMEI, e cujo montante anual ultrapassa o limite indicado de um milhão de euros.

Da lista de fornecedores com transações com a entidade não existe nenhum que represente mais de 1 milhão de euros de fornecimentos e serviços externos, para além do IAPMEI, conforme acima referido.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

A avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão efetuada no quadro seguinte considera as metas previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2021 aprovado pelos acionistas e pela Secretaria de Estado do Tesouro.

INDICADORES ECONÓMICOS	2019	2020	2021	Variação 2021/2020
EBITDA (R.Operacional antes Amortizações, Depreciações, Imparidades, Provisões e Reversões)	6.061.841 €	6.368.028 €	6.731.796 €	363.767 €
Rentabilidade das Vendas (RL/VN)	21,21%	23,40%	23,43%	0,03 p.p.
Rentabilidade de Capitais Próprios (RL/Capitais Próprios)	9,10%	10,42%	11,25%	0,83 p.p.
Rentabilidade do Ativo (RL/Ativo Total)	6,49%	7,51%	8,17%	0,66 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS				
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	71,34%	72,08%	72,60%	0,51 p.p.
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	2,49	2,58	2,65	0,07



PMP	2020	2021	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	23,2	16,1	-7,1	-31%

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

A nível económico-financeiro, por norma, a aicep Global Parques só realiza os investimentos para infraestruturação e preparação de novos espaços após conclusão das negociações e elaboração de contratos com os potenciais clientes.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está presente em toda a atividade da aicep Global Parques, seja no estudo de uma localização industrial, como no momento da operacionalização do mesmo. O forte vínculo entre a qualificação do contexto, da envolvente e a qualificação da oferta, orienta ativamente a RSC para o desenvolvimento sustentável regional/local e do negócio. A relação da empresa com os seus *stakeholders*: colaboradores, clientes, acionistas, parceiros e a comunidade, é o primeiro desafio à sua responsabilidade social.

A aicep Global Parques acredita que tem responsabilidade em contribuir, através do seu envolvimento na comunidade e em iniciativas públicas, de uma forma positiva e construtiva, sendo consistente nas ações internas e externas para que a responsabilidade social seja interiorizada como um valor da empresa (fazendo parte da sua cultura e do seu código ético - por mais informal que este seja).

Na relação com outras entidades, continuámos com a Política de Responsabilidade Social que estabeleceu uma responsabilidade social ativa, orientada para o desenvolvimento sustentável da região e do negócio, com um forte vínculo entre a qualificação do contexto e a qualificação da oferta. A responsabilidade social está interiorizada como um valor da empresa, fazendo parte da sua cultura e do seu código ético, por mais informal que este seja. O objetivo é o de criar e ajudar a criar Valor Sustentável.

Em 2021, mantiveram-se os 3 grandes pilares de intervenção:



I - Ambiente

A responsabilidade ambiental está integrada na forma como a aicep Global Parques atua:

- correta definição dos “masterplans” dos parques geridos;
- respeito pelos relatórios de impacto ambiental;
- respeito, promoção e conservação das zonas de reserva florestal;
- melhoria de áreas comuns públicas sob sua gestão e do sistema de infraestruturas criado para garantir todas as disposições legais ambientais;
- incentivo junto dos clientes à utilização de tecnologias cada vez mais limpas e que respeitem o meio ambiente;
- desenvolvimento e operacionalização do PMA ZILS – Plano de Monitorização Ambiental da Zona Industrial e Logística de Sines, permitindo uma avaliação dos impactos ambientais, nas componentes qualidade do ar e das águas subterrâneas e superficiais;
- colaboração com os projetos GISA - Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente no Litoral Alentejano e ComSines (Associação de responsabilidade social corporativa da Comunidade de Sines, no qual coordena o grupo de trabalho Saúde & Ambiente);
- apoio como master sponsor das ações anuais da “Litoral Aventura” na Limpeza das Praias da Costa de Santo André à Lagoa de Santo André;
- apoio a diversas ações de proteção ambiental.

Os apoios planeados no âmbito do ambiente são os seguintes:



1. Limpeza de praias das regiões de Setúbal, Sines e Sintra.
2. Ações de reflorestação.
3. Ações ambientais promovidas pelos Municípios de Santiago do Cacém, Setúbal, Sines e Sintra.

II - Capital Humano e Empreendedorismo

A qualificação do capital humano é um fator fulcral para a atração de empresas. A decisão de investir passa, necessariamente, pela cuidadosa análise das vantagens competitivas de cada região, aproveitando a especialização dos recursos produtivos que já possui e incentivando a criação de empresas cuja atividade passe pelo aproveitamento das competências específicas.

Esta consciência tem orientado a procura de parcerias entre a aicep Global Parques e as entidades que, no raio de ação dos parques, estão mais vocacionadas para a formação e qualificação de ativos:

- atribuição anual de uma Bolsa de incentivo à qualificação que premeia alunos da ETLA – Escola Tecnológica do Litoral Alentejano e do IPS – Instituto Politécnico de Setúbal;
- apoio às edições do Concurso de Ideias e Criatividade, promovido pelo Sines Tecnopolo;
- diversas parcerias, como por exemplo, a ATEC - Associação de Formação para a Indústria e o Consórcio Erasmus;
- programa de Visitas à ZILS – Zona Industrial e Logística de Sines, dirigido a instituições de ensino superior, em articulação com as empresas instaladas e com a APS – Administração dos Portos de Sines e Algarve, com o intuito de dar a conhecer a ZILS e sua envolvente;
- protocolo de colaboração comercial e de marketing com a APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra.

Os apoios planeados no âmbito do Capital Humano e Empreendedorismo são os seguintes:

1. Bolsas de Mérito a Escolas de Ensino Técnico e Superior nas regiões onde se localizam os Parques sob sua gestão.
2. Ações e eventos relacionados com formação, desenvolvimento de competências, empreendedorismo e criação de novas empresas em Portugal, por todo o país e nas regiões onde se localizam os Parques sob sua gestão, em particular.



III - Segurança e Proteção

A aicep Global Parques participa na EGEO - Entidade Gestora das Esteiras de Oleodutos da ZILS, que se dedica à segurança superior das esteiras, é membro ativo do PEE - Plano de Emergência Externo de Sines, na Comissão Municipal de Proteção Civil e na coordenação geral da segurança com os meios de segurança e proteção locais (GNR, Proteção Civil e Bombeiros).

A aicep Global Parques faz parte da Comissão Municipal da Proteção Civil de Sines para a gestão do Plano de Emergência Externo de Sines, assim como participa ativamente no âmbito do ComSines - Painel das Comunidades de Sines, no Grupo de Trabalho de Prevenção e Segurança.

A vigilância diária da ZILS contribui para a segurança geral da zona e para a deteção de situações anómalas. As limpezas regulares da floresta promovem proativamente para a baixa de propagação de fogos na ZILS.

Consciente da importância das entidades de Segurança e de Proteção no quotidiano das áreas de acolhimento empresarial, a aicep Global Parques apoia as Corporações de Bombeiros de Sines, de Santiago do Cacém, de Setúbal e de Sintra. Todos os anos, dedica uma parte do seu orçamento para auxiliar estas entidades, na aquisição de material necessário ao desenvolvimento da sua atividade. Em 2021 atribuiu parte do valor orçamentado a ações e aquisições de bens para a prevenção da pandemia COVID-19 e segurança dos membros das instituições.

Os apoios planeados no âmbito da Segurança e Proteção são os seguintes:

1. Companhias e Associações Humanitárias de Bombeiros.
2. Ações e eventos relacionados com a proteção e segurança nas regiões onde se localizam os Parques sob sua gestão.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPE);

Vide ponto 2.



b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPE);

Vide ponto 2.

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);

A aicep Global Parques cumpre com toda a legislação desta matéria, nomeadamente com os direitos e deveres dos trabalhadores, tendo mesmo formalizado um código de conduta e combate ao assédio no trabalho.

Há uma forte representação das mulheres no universo dos trabalhadores da empresa e verifica-se igualdade de oportunidades e de número em funções de chefia. Em 2021 vigorou o plano para a igualdade elaborado em 2020, tendo sido igualmente elaborado o plano a vigorar em 2022. Este plano é feito de acordo com o Despacho Normativo n.º 18/2019 de 21 de junho, no contexto da Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto.

A empresa elabora de três em três anos o relatório anual sobre remunerações pagas a mulheres e homens dando cumprimento à obrigação prevista na RCM n.º 18/2014. O relatório é distribuído pelos colaboradores da empresa encontrando-se publicado no *site* da empresa, com o *link*:

https://drive.google.com/file/d/104j-ikB9hanvIS7dUn7ODGL_s8ZUVmjY/view

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;

Considerando o número de efetivos existentes, de uma maneira geral verifica-se uma distribuição de cargos/responsabilidades equitativa.

São praticadas e garantidas todas as medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, não existindo discriminação e facilitando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional a todos os trabalhadores da empresa. Em 2021 vigorou o plano para a igualdade elaborado em 2020 e foi elaborado o plano a vigorar em 2022.



e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);

A NÍVEL INTERNO A AICEP GLOBAL PARQUES DEFINIU 3 GRANDES PILARES:

I - Qualificação dos Recursos Humanos

A aicep Global Parques atua sempre de forma responsável, respeitando os direitos económicos, sociais, culturais, políticos e civis dos seus colaboradores diretos e prestadores de serviços e seguindo sempre a legislação dos direitos humanos:

- não tolerando qualquer desrespeito pelo direito dos trabalhadores;
- criando um ambiente de trabalho saudável e seguro;
- assegurando que o n.º de horas de trabalho e a respetiva remuneração são comparáveis e justas com outras empresas similares no mercado;
- gerindo a diversidade de talentos para a promover e capitalizar diferenças culturais e individuais no sentido de assegurar vantagens competitivas e novas perspetivas de desenvolvimento;
- reconhecendo o valor de colaboradores premiando-os com oportunidades para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Neste âmbito, ao nível de cada direção é definido um programa anual de formação que responde às necessidades individuais dos colaboradores e ao desenvolvimento das suas capacidades e responsabilidades;

- dando iguais oportunidades aos colaboradores independentemente da idade, sexo, raça, religião ou condição social.

II - Benefícios Sociais

A aicep Global Parques assegura um quadro de benefícios sociais que excedem as obrigações legais, direcionado às necessidades dos colaboradores.



III - Boas Práticas

A aicep Global Parques garante:

- Ambiente de trabalho saudável e seguro - melhoria contínua das medidas preventivas a nível de segurança e medicina do trabalho, que permitem a prevenção de lesões, doenças e incapacidades associadas ao desenvolvimento das atividades de gestão e operação de parques empresariais;
- Comunicação interna – reforço da partilha de informação através de ações de intercâmbio entre as várias unidades orgânicas;
- Soluções ERP Primavera e *Filedoc* – ferramentas de comunicação interna e de gestão documental, com o objetivo de melhoria da eficiência e das práticas de gestão focadas para resultados “*less paper*”;
- Eficiência Energética – otimização dos meios e das práticas existentes;
- Gestão Seletiva de Resíduos – separação do lixo;
- Exigência aos Fornecedores – que estes cumpram determinados critérios de responsabilidade social corporativa.

f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da entidade, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

A aicep Global Parques, no âmbito do seu compromisso relativo à sustentabilidade económica e tentando gerir os pressupostos a ela subjacentes, com os objetivos a atingir, prossegue o esforço de contenção de gastos, dando resposta às orientações definidas para o Setor Público Empresarial e gerindo de forma equilibrada o binómio Ganhos/Gastos, nas várias componentes.

A fixação de objetivos, parte integrante do Plano e Orçamento Anual, é objeto de controlo mensal, funcionando como garante do respetivo cumprimento, permitindo, sempre que necessário, proatividade na gestão e tomada de medidas futuras. Com este tipo de atitude são reforçados os mecanismos de fiscalização e avaliação, e mitigados possíveis riscos.



A empresa garantiu o cumprimento de todos os seus compromissos, cumpriu todos os prazos de pagamento acordados, não recorrendo a qualquer forma de financiamento, mantendo o plano de investimentos e as responsabilidades operacionais assumidas, garantido o bom estado dos ativos sob gestão, nas suas várias naturezas, incluindo as urbanísticas e ambientais.

X. Avaliação do Governo Societário

1. *Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá ser incluída:*

a) *Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);*

A maior parte dos elementos aqui constantes têm vindo a ser plasmados nos Relatórios de Gestão e Contas anuais e nos Planos de Atividade e Orçamento da empresa. O que tem vindo a ser realizado é verificado pelo Fiscal Único, sendo mencionado no respetivo Relatório Anual – ANEXO III.

b) *Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela entidade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.*

Ver alínea a) anterior.

2. *Outras informações: a entidade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.*

Ver alínea a) anterior.



O Conselho de Administração:

Presidente do Conselho de Administração, não executivo

Rita Lindley Cintra Torres Araújo

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva

Filipe Santos Fernandes da Costa

Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva

Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto

Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque

Vogal do Conselho de Administração, não executivo

Philomène da Costa Dias

Lisboa, 8 de março de 2022.



XI. ANEXOS DO RGS

ANEXO I

Elementos Curriculares dos membros do Conselho de Administração.

ANEXO II

Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2021.

ANEXO III

Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.

ANEXO IV

Declarações a que se refere o artigo 51.º do RJSPE.

ANEXO V

Evidências da apresentação aos respectivos destinatários das Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.


ANEXO VI

Ata da reunião de Assembleia Geral relativa à aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2020.

ANEXO I

Elementos Curriculares dos membros do Conselho de Administração.

- Rita Lindley Cintra Torres Araújo
- Filipe Santos Fernandes da Costa
- Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto
- Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque
- Philomène da Costa Dias

Handwritten signatures in blue, green, and black ink, located in the bottom right corner of the page.

Handwritten marks in the bottom right corner, including a blue scribble, a green checkmark, and a signature.



Rita Lindley Cintra Torres Araújo

Data de nascimento: 29/11/1964 | **Nacionalidade:** Portuguesa |

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

25/06/2021 – ATUAL

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – AICEP GLOBAL PARQUES – GESTÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS E SERVIÇOS, SA

Em representação do accionista AICEP Portugal Global, EPE, Presidente não executiva do CA

30/12/2020 – ATUAL

VOGAL EXECUTIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – AICEP – AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL EPE (PORTUGAL)

Membro do Conselho de Administração, com responsabilidade pelos pelouros da Comercial, Rede Externa e Institucionais e Recursos Humanos, incluindo a relação com a Comissão de Trabalhadores. Responsável pela coordenação de relação com o Turismo de Portugal.

Membro da Comissão Organizadora da Segunda Conferência dos Oceanos das Nações Unidas

18/11/2019 – 29/12/2020

DIRETORA COMERCIAL – AICEP – AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL EPE (PORTUGAL)

- Gestão da equipa comercial da AICEP, responsável pelo apoio e acompanhamento das empresas, tanto nos processos de internacionalização como no reforço do investimento em Portugal
- Coordenação das Lojas de Exportação em Portugal Continental, assegurando a coordenação com as Lojas de Exportação nos Açores no âmbito de parceria e protocolo com a SDEA
- Ponto de Contacto Nacional para as Directrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais

15/09/2017 – 18/11/2019

CHEFE DO GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – AICEP – AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL EPE (PORTUGAL)

- Organização, coordenação e execução de actividades de apoio e assessoria ao Presidente do Conselho de Administração

14/11/2016 – 15/09/2017

DIRETORA – PME – AICEP – AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL EPE (PORTUGAL)

- Gestão das equipas responsáveis pelo acompanhamento de PME exportadoras no âmbito dos seus projectos de internacionalização (eg. incentivos, custos de contexto, capacitação) – Lisboa, Porto e Lojas de Exportação da AICEP
- Coordenação de acções promocionais em Portugal e no estrangeiro, para divulgação das empresas e dos produtos portugueses

16/03/2012 – 15/09/2017

DIRETORA – RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E MERCADOS EXTERNOS – AICEP – AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL EPE (PORTUGAL)

- Coordenação da Rede Externa da AICEP e do relacionamento institucional da AICEP em Portugal e no estrangeiro
- Organização da vertente empresarial de missões institucionais ao estrangeiro, nomeadamente visitas de Estado do Presidente da República ou visitas oficiais de membros do Governo
- Ponto de Contacto Nacional no âmbito das Direcções para as Multinacionais - OCDE

01/02/2007 – 16/03/2012

DIRETORA – GRANDES EMPRESAS – AICEP – AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL EPE (PORTUGAL)

- Gestão das Equipas de Gestores de Clientes - Grandes Empresas em Lisboa e Porto
- Representante (suplente) da AICEP na Comissão REN
- Acompanhamento de contratos de investimento e projectos PIN
- Representante do Estado Português no Comité de Investimento da UNCTAD (ONU) em Genève

01/01/2003 – 01/08/2007

KEY ACCOUNT MANAGER - ÁREA DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL – API AGÊNCIA PORTUGUESA DE INVESTIMENTO

- Gestão de carteira de clientes/Grandes Empresas
- Articulação com as restantes áreas da Agência no âmbito de projectos de investimento (candidatura a incentivos, negociação e celebração de contratos de investimento, acompanhamento de situações de custo de contexto e de projectos PIN)

17/07/1989 – 31/12/2003

COORDENADORA - DIRECÇÃO DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO – ICEP – INSTITUTO DO COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL

- Técnica de investimento estrangeiro
- Coordenadora de Aftercare com responsabilidade pela definição e implementação do serviço de apoio a investidores estrangeiros em Portugal (aftercare) e coordenação da respectiva equipa
- Membro da equipa negocial de diversos acordos bilaterais de promoção e protecção recíproca de investimentos celebrados por Portugal

02/02/1988 – 16/07/1989

JURISTA – MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO – DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL


- Assessoria jurídica no âmbito dos Sistemas de Incentivos FEDER

1999 – 2001

PROFESSORA NO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM NEGÓCIO INTERNACIONAL – UNIVERSIDAD E AUTÓNOMA DE LISBOA

2017 – 2017

PROFESSORA NO CURSO DE DIPLOMACIA ECONÓMICA – FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

2019 - 2019

AMP - ADVANCED MANAGEMENT PROGRAM - Universidade Católica de Lisboa e Kellogg School of Business - Chicago

1988 - 1988

CURSO DE ESTÁGIO DE ADVOCACIA - Ordem dos Advogados

1982 - 1987

LICENCIATURA EM DIREITO (PRÉ BOLONHA) - Universidade Clássica de Lisboa - Faculdade de Direito

COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICAS

Língua(s) materna(s): **PORTUGUÊS**

Outra(s) língua(s):

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Produção oral	Interação oral	
INGLÊS	C2	C2	C1	C1	C1
FRANCÊS	B1	B1	A2	B1	A1

Níveis: A1 e A2: Utilizador de base; B1 e B2: Utilizador independente; C1 e C2: Utilizador avançado

COMPETÊNCIAS DIGITAIS

Domínio de ferramentas Microsoft Office (Excel, Power Point, Word)

PUBLICAÇÕES

“Multinacionais e território” - JANUS Anuário de Relações Exteriores

1998

Jornal Público e Universidade Autónoma

“Investimento Estrangeiro - A experiência Portuguesa”

1993

Boletim da Faculdade de Direito da Guiné-Bissau

CARTA DE CONDUÇÃO

Carta de condução: B1

Carta de condução: B

~~40~~
P
r

INFORMAÇÃO PESSOAL **Filipe Santos Fernandes da Costa**

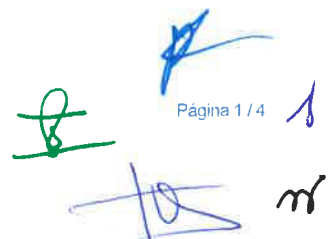
Sexo Masculino | Data de nascimento 03/11/1973 | Nacionalidade Portuguesa

POSTO DE TRABALHO A QUE
SE CANDIDATA**Vice-Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A.****(2018 – presente) Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A.**aicep Global Parques, Rua da Artilharia Um, 79, 7º, 1250-038 Lisboa (www.globalparques.pt)

Enquanto Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques:

- Gere os ativos, as áreas de localização empresarial em Sintra (Albiz – Parque Empresarial de Sintra), Setúbal (BlueBiz – Parque Empresarial da Península de Setúbal) e Sines (ZILS - Zona Industrial e Logística de Sines), tendo durante o presente mandato, de 2018 para 2020, a equipa logrado fazer o volume de negócios crescer 11% e o resultado líquido aumentar 30%.
- No mesmo triénio aumentou e continua a aumentar a taxa de ocupação dos ativos, com mais unidades industriais ou logísticas geradoras de riqueza e emprego, bem como a reforçar o engajamento com as autoridades e comunidades locais, por via de uma Política de Responsabilidade Corporativa que aposta na segurança e na proteção; no ambiente; e na educação e formação;
- No principal ativo sob gestão, a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), que representa 80% do volume de negócios, desenvolve uma política colaborativa com as IP - Infraestruturas de Portugal, a CCRD-A – Comissão de Coordenação Regional e Desenvolvimento do Alentejo, a Câmara Municipal de Sines, a Administração do Porto de Sines, e também a Administração do Aeroporto de Beja, no sentido de tornar o Complexo Portuário, Logístico e Industrial de Sines numa cada vez maior e mais conectada plataforma do comércio mundial, garantindo a otimização das importações e melhor escoamento das exportações nacionais;
- Na ZILS angaria investimentos de empresas de logística, bem como dos setores da energia, refinação, petroquímica e química por um lado; e tecnologias de informação e comunicação por outro, alinhando a política comercial desta empresa pública com os objetivos estratégicos nacionais de promover a transição energética e a transição digital da economia e da sociedade portuguesa;
- No Albiz – Parque Empresarial de Sintra e no BlueBiz – Parque Empresarial da Península de Setúbal foca na atração, respetivamente, da instalação de empresas de distribuição e de química;
- No âmbito da Diplomacia Económica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do acionista dominante, AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., desenvolve e gere a plataforma de seleção de localizações empresariais em Portugal: www.portugalsiteselection.pt

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL



(2015 – 2018) Delegado da AICEP em São Francisco

Consulado-Geral de Portugal em São Francisco, 3298 Washington Street, San Francisco, CA94115, USA

Enquanto delegado da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e Cônsul Económico e Comercial de Portugal em São Francisco, promoveu as exportações portuguesas e Portugal como destino de investimento nos treze estados federados mais ocidentais dos EUA: Califórnia, Oregão, Washington, Nevada, Idaho, Utah, Arizona, Montana, Wyoming, Colorado, Novo México, Alasca e Havaí:

- Angariou investimento para Portugal, com foco em nove indústrias: aeronáutica & espaço, agronegócio, ciências da vida, componentes automóveis, energias limpas, entretenimento, química e petroquímica, tecnologias de informação e têxteis & moda;
- Posicionou Portugal para dois *inputs* estratégicos, quer como recipiente das exportações energéticas dos EUA para a Europa, quer como plataforma logística do comércio internacional na Europa Ocidental;
- Interagiu como a 'nova economia', atraindo habilitadores do ecossistema tecnológico para Portugal e ajudando empresas portuguesas a levantar capital e lançar-se no mercado global em *Silicon Valley*;
- Promoveu as exportações portuguesas para o Oeste dos EUA, sobretudo de TIC, produtos farmacêuticos e bens de consumo – F&B, calçado e mobiliário;
- Apoiou o estabelecimento de presenças de acesso ao mercado pelas firmas exportadoras portuguesas, ajudando-as a criar empresa e a navegar os sistemas legais, fiscais, laborais.

(2011 – 2015) Delegado da AICEP em Xangai

Consulado Geral de Portugal em Xangai, 567 Weihai Lu, 16 C-D, 200041 Shanghai, R. P. China

- Como Delegado da AICEP em Xangai:
 - Acompanhou investimentos financeiros por empresas chinesas nos sectores energético, de banca e seguros e da saúde em Portugal;
 - Promoveu o acesso ao mercado chinês por exportadores portugueses de produtos agroalimentares, eléctricos e electrónicos, componentes automóveis e outros;
- Como Cônsul Económico e Comercial de Portugal em Xangai (cobrindo o Leste da China: Xangai, Jiangsu, Zhejiang, Anhui e Jiangxi), organizou a agenda económica e eventos de várias visitas oficiais portuguesas, como por Sua Excelência o Presidente da República, por S. Exas. o Ministro dos Negócios Estrangeiros e a Ministra da Agricultura e do Mar

(2009 – 2011) Encarregado de Missão da Estrutura de Missão para a Gestão dos Fundos Comunitários no Ministério da Administração Interna [requisitado à AICEP]

Rua Almirante Barroso, 38 - 4º, 1049-025 Lisboa

- Geriu, como director de organismo intermédio de gestão, o Eixo Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT/QREN 2017-2013), destinado a melhorar a protecção civil e a capacidade de resposta a emergências;
- Geriu o Programa-Quadro Solidariedade e Gestão de Fluxos Migratórios (SOLID 2007-2013) da União Europeia em Portugal, constituído por quatro instrumentos: Fundo Europeu para as Fronteiras Externas, Fundo Europeu de Regresso, Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros e Fundo Europeu para os Refugiados.

(2008 – 2009) Gestor de Clientes PME e Técnico de Custos de Contexto na AICEP

Rua de Entrecampos, nº 28 – Bloco B – 12º Andar, 1700-158 Lisboa

- Angariou e geriu uma carteira de PME agro-alimentares e tecnológicas na Divisão PME;
- Propôs revisões legislativas e trabalhou dentro dos quadros legais e fiscais português e europeu para resolver custos de contexto inibidores de investimento, com resultados especialmente positivos em prol de indústrias de veículos motores.

(2005 – 2008) Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça

Praça do Comércio, 1149-019 Lisboa

- Coordenou o Gabinete do Ministro e as suas interações com Presidência da República, Conselho Superior de Magistratura e Procuradoria-Geral da República.
- Geriu o orçamento e as vagas de contratação do Ministério da Justiça, globalmente e de cada serviço tutelado;
- Supervisionou o Centro de Estudos Judiciários, a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a Polícia Judiciária e o Gabinete para Relações Internacionais, Europeias e Cooperação, inclusive durante uma Presidência Portuguesa da União Europeia (Conselho JAI – Justiça e Administração Interna).

(2001 – 2002) Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura [requisitado à ANACOM]

Calçada da Ajuda, 270, 1300-011 Lisboa

Implementou a reforma de consolidação e dinamização definida por S. Exa. o Secretário de Estado:

- Fundiu institutos de gestão de edifícios e programas culturais, cortando custos intermédios;
- Engajou parceiros privados, potenciando a reabilitação, conservação e viabilidade duradoura de património e equipamentos culturais, mais libertando verbas para novos projectos.

(2000 - 2005) Coordenador das organizações não-europeias no departamento de relações exteriores da ANACOM

Avenida José Malhoa, 12, 1099-017 Lisboa

Como especialista de regulação na Autoridade Nacional de Comunicações, representou Portugal:

- como plenipotenciário à União Internacional de Telecomunicações (UIT, ONU em Genebra); e
- como accionista na Inmarsat (Londres, Reino Unido), na Eutelsat (Paris, França) e na Intelsat-ITSO (Washington D. C., EUA).

(2000) Director do Gabinete de Imprensa do ICEP

Rua de Entrecampos, nº 28 – Bloco B – 12º Andar, 1700-158 Lisboa

- Como assessor de imprensa do Presidente do Investimento e Comércio Externo de Portugal (ICEP) preparou entrevistas e redigiu comunicados de imprensa;
- Como director do gabinete de imprensa coordenou uma pequena equipa que tratava os pedidos dos órgãos de comunicação social e promovia proactivamente os casos de sucesso de investimento externo em Portugal e das exportações das empresas portuguesas;
- Dirigiu as comunicações de um evento de mês designado "*Perfil de Portugal em Madrid*".

(1999 – 2000) Assessor de imprensa do Ministro de Estado e do Equipamento Social

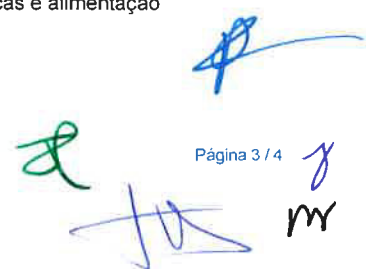
Rua Professor Gomes Teixeira, 2, 1350-249 Lisboa

- Compilou e analisou revistas de imprensa, conduziu e processou inquéritos e estudos de opinião, tratou pedidos de imprensa nacional e estrangeira sobre assuntos gerais de política doméstica e internacional;
- Redigiu discursos e tópicos para intervenções parlamentares e outros actos públicos, como debates televisivos.

(1996 – 1998) Jornalista das redações Internacional e Economia da Agência Lusa

Rua Doutor João Couto, Lote C, 1500-236 Lisboa

- No *Desk* Internacional cobriu sobretudo política e conflitos internacionais, com foco no Médio Oriente e Leste e Sudeste Asiáticos, trabalhando com os correspondentes da Lusa no estrangeiro e agências internacionais em Portugal: AP, Reuters, AFP e EFE;
- No *Desk* Economia cobriu duas matérias distintas: a) câmbios e bolsas internacionais, cotações de matérias-primas e mercados de *commodities* e derivados; e b) Políticas e negócios europeus e portugueses de agricultura, silvicultura, pescas e alimentação



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

- (Desde 2008) **Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialidade de Estudos de Segurança e Estratégia**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

 - Desenvolvendo uma tese sobre "Segurança Internacional: A Legítima defesa preventiva nas Relações Internacionais".

N/A
- (1998 - 2008) **Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional**

Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

 - Tese: "Regular a globalização: a reforma do sistema internacional para a promoção do desenvolvimento", aprovada por unanimidade.

7
- (1991 - 1996) **Licenciatura em Relações Internacionais**

Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada de Lisboa.

 - Política Internacional; Direito Internacional Público e Comunitário e Economia Internacional

6

Língua materna Português

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	C2	C2	C2	C2	C2
Escolaridade, Universidade, International House e IELTS Academic					
Francês	C1	C1	C1	C1	B2
Escolaridade, Universidade e Alliance Française					
Espanhol	C1	C1	C1	C1	B2
Formação Profissional					
Alemão	B1	B1	B1	B1	A2
Escolaridade					
Chinês	B1	B1	B1	B1	A2
Hanyu Shuiping Kaoshi (HSK) nível 4					

Níveis: A1/A2: utilizador básico - B1/B2 utilizador independente - C1/C2: utilizador avançado

Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO				
Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
Utilizador avançado	Utilizador avançado	Utilizador independente	Utilizador independente	Utilizador independente

Níveis: utilizador básico - utilizador independente - utilizador avançado

ANEXOS

Cópia do certificado de habilitação de mestrado.



INFORMAÇÃO PESSOAL

Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto

Sexo F | Data de nascimento 01/08/1971 | Nacionalidade Portuguesa

POSTO DE TRABALHO ATUAL

Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Desde dezembro 2021

Presidente da Direção da APPE – Associação Portuguesa de Parques Empresariais (Não remunerado)

Desde julho 2021

Vice-Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques
Vogal do Conselho de Administração da aicep Global ParquesPresidente da Mesa da Assembleia geral da COMSINES
(Não remunerado)

De julho 2018 a julho 2021

Vogal da Comissão Executiva da aicep Global Parques
Vogal do Conselho de Administração da aicep Global Parques
Empresa do Setor Empresarial do Estado dedicada à gestão de Parques Empresariais e a serviços de localização empresarial
Gestão Global da Empresa com o pelouro direto da Direção de Desenvolvimento de Negócio

Desde abril 2018

Membro da Mesa da Assembleia Geral da APLOG - Associação Portuguesa de Logística
(Não remunerado)

Desde outubro 2018

Membro da Comité Executiva da European Chemical Site Promotion Platform
(Não remunerado)

Desde julho 2017

Membro do Conselho Estratégico da APQuímica - Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação
(Não remunerado)
Membro do Conselho Fiscal da João 13- Associação de Apoio a Pessoas Carenciadas – Associação sem fins lucrativos
(Não remunerado))

abril 2015 a junho 2018

Diretora da Direção de Negócio

aicep Global Parques - Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A.

www.globalparques.pt

A direção engloba o Marketing (operacional e estratégico), toda a área Comercial e de Comunicação

Na direção foi incluída a gestão dos novos produtos serviços da empresa Global Find e Global Force que foram planeados, estruturados e desenvolvidos na sua direção.

É responsável por toda a política de comunicação da empresa desde a presença em Feiras Internacionais, Seminários, Congressos, à elaboração de todos os materiais de comunicação: filmes, brochuras e folhetos; artigos, entrevistas, comunicados de imprensa nos órgãos de comunicação social e toda a comunicação na Web - páginas Web e Newsletters.

Os projetos especiais tal como protocolos, parcerias com outras entidades e projetos de envolvimento com as comunidades em que os parques empresariais sob gestão da empresa se inserem têm estado sob sua coordenação.

A política de responsabilidade social da empresa e sua implementação de acordo com os pilares definidos e propostos pela mesma são da sua responsabilidade.

Empresa ou setor Sector Empresarial do Estado

Outubro de 2007 a março de 2015

Diretora de Marketing

aicep Global Parques - Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A

www.globalparques.pt

Responsável pela política de produtos e sua promoção nacional e internacional e pela comunicação institucional e comercial da empresa.

Responsável pelo rebranding da empresa e pelo lançamento dos novos produtos Global Find e Global Force

Outubro 1999 a setembro 2007


**Sales Manager- SBH (distribuição moderna)
Osram, grupo Siemens**www.osram.pt

Reportando ao Diretor-Geral, foi responsável pela gestão total do canal incluindo a coordenação de uma equipa de 10 pessoas.

Principais responsabilidades:

- Negociações dos contratos anuais com os clientes da distribuição moderna;
- Planos de Vendas: preparação e coordenação da sua implementação;
- Orçamento: preparação do orçamento anual do canal;
- Análise de rentabilidade dos *mix* dos produtos;
- Plano promocional do Canal: preparação, planificação e acompanhamento;
- Informação de aprovisionamento e previsão de vendas para a Logística;
- Acompanhamento, coordenação e formação da equipa de vendas e merchandising;
- Participação nas equipas europeias de negociação de contratos internacionais.

Empresa ou setor Sector Privado



Janeiro 1997 a setembro 1999

Key Account Manager
Vileda Ibérica SA, grupo Freundenberg,

<http://www.vileda.com/pt/>

Reportando ao Diretor comercial, era responsável pela gestão global de contas que representavam 80% da faturação incluindo plano de vendas por cliente e planeamento do orçamento anual.

Membro de equipas europeias para a gestão de contas internacionais.

Líder da equipa do projeto *Category Management* com a SONAE.

Coordenação de Equipa de Vendas (8 pessoas).

Responsável pelo lançamento e introdução de novos produtos nos clientes: apresentação à equipa de vendas, coordenação da apresentação aos clientes, sua entrada em linha e plano promocional

Empresa ou setor Sector Privado

Junho 1994 a dezembro 1996

Key Account Júnior
Osram, grupo Siemens

www.osram.pt

Reportando ao Diretor Comercial, era responsável pela gestão diária das contas da distribuição moderna, acompanhamento e controlo de promoções.

Empresa ou setor Sector Privado

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Novembro de 2006

Pós-Graduação em Retail Management

Nível 7

INDEG Business School

- Principais disciplinas: Project Management, Marketing, Finance, Logistics, Negotiation, e-Commerce, Strategy.
- Principais competências: para além das técnicas das diferentes áreas do currículo realça-se a elaboração de trabalhos/projetos, a maioria em grupo, com defesa de ideias e apresentações em sala para audiência, exigindo-se uma comunicação persuasiva, devidamente articulada.

Maio de 1994

Licenciatura em Economia

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Economia

- Principais áreas de especialização: Economia Industrial, Economia Internacional, Economia Agrária e dos Recursos Naturais, para além de Marketing, finanças, Instituições Internacionais, Comportamento Organizacional, Gestão de Recursos Humanos.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna

Português

Outras línguas	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	C2	C2	C2	C2	C2
	First Certificate in English – Universidade de Cambridge e Cursos no Cambridge College of Arts and Technology em Cambridge				
Francês	C1	B2	B2	B2	B1
	Frequência da Alliance Francaise em Lisboa até ao 4º ano				
Castelhano	B1	B1	B2	B2	B1
	Curso realizado no Instituto Espanhol em Lisboa				
Alemão	A2	A2	A2	A2	A1
	Frequência do Goethe Institut				

Níveis: A1/A2: utilizador básico - B1/B2 utilizador independente - C1/C2: utilizador avançado
[Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas](#)

Competências de comunicação

- Muito boa capacidade de comunicação pela experiência de realização de inúmeras apresentações e participações em Seminários com apresentações públicas, exposições regulares a potenciais investidores e coordenação de projetos. Mesmo no início da carreira essas competências foram demonstradas, no Grupo Siemens e Grupo Freudenberg, em apresentações e em negociações nacionais e internacionais.

Competências de organização

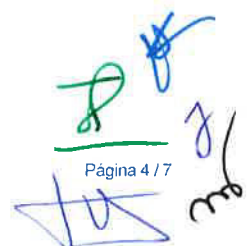
- Muito boa capacidade de organização, conseguindo acompanhar diversos projetos e atividades em paralelo. Elevada capacidade de liderança evidenciada pela gestão de equipas, desde o início da carreira, e em que os resultados permitiram a sua evolução.

Competências relacionadas com o trabalho

Elevadas competências na coordenação de equipas multidisciplinares e na motivação das mesmas para o cumprimento dos objetivos. Grande capacidade de concertação de posições com vista a que os projetos avancem com responsabilidades definidas. Como exemplo o desenvolvimento da plataforma Portugal Site Selection (ferramenta SIG - Sistemas de informação Geográfica com base web) para a pesquisa e seleção de áreas de localização empresarial face os requisitos dos investidores, exigiu a coordenação de uma equipa de competências variadas e o estabelecimento de inúmeras parcerias com as entidades detentoras de informação (INE – Instituto Nacional de Estatística, DGT- Direção Gera do Território, Câmaras Municipais, entre outras. A ferramenta entrou em produção de acordo com o cronograma e foi colocada *on line* na data prevista.

Implementação da ferramenta CRM (*Customer Relationship Management*) no âmbito da implementação de um *Software* de ERP na aicep Global Parques. Foi responsável pela definição dos campos e fluxos de informação definição das hierarquias de entidades a caracterizar. Esta atividade exigiu o trabalho em equipa, um pomenorizado levantamento das necessidades e a sensibilização de todos os colaboradores e da gestão de topo para a sua implementação e manutenção corrente da informação.

No âmbito da implementação do ERP, foi paralelamente responsável pela planificação de um processo de avaliação de qualidade dos serviços prestados pela aicep Global Parques, que envolveu a definição de fluxos de resposta em função das reclamações e pedidos de resolução por parte dos clientes instalados nos Parques.



Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO				
Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
avançado	avançado	avançado	avançado	independente

Níveis: utilizador básico - utilizador independente - utilizador avançado
 Competências digitais - Grelha de auto-avaliação

- Prática e conhecimento ferramentas da suíte de escritório, Word, Excel Avançado, PowerPoint.
- Prática na edição e publicação de página web e facilidade em utilização de redes sociais empresariais
- Formação em SAP – utilizado no Grupo Siemens,
- Formação em programas de gestão de espaço com base no estudo do consumidor - *Spacement e Appolo*
- Utilização de modelos de *Previsão Box-Jenkins*.

Outras competências Certificação como formadora.

Carta de Condução B

INFORMAÇÃO ADICIONAL



Publicações Colaboração no jornal Semanário Económico, artigos de conjuntura económica, entre julho de 1999 e dezembro de 2001.
Colaboração na revista VALOR, página de conjuntura & mercados, entre agosto de 1996 e julho de 1999.

Apresentações Faz parte da atividade diária a realização de apresentações a potenciais investidores. Paralelamente a atividade de promoção da plataforma Portugal Site Selection requer a demonstração das vantagens competitivas o que tem levado à realização de muitas apresentações ao diversos Municípios do país e às Comunidades Intermunicipais (CIM).

Projetos Fundadora, membro dos Órgãos Sociais e voluntária da Associação João 13 – Associação de Voluntariado para os sem abrigo e para a dignidade humana.
Fundadora do Grupo de Artistas da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (GAFE), participando na organização de exposições.

Conferências Presença em inúmeras conferências como oradora, como exemplo:

- Webinar Portugal Site Selection – A Qualificação e Promoção do Território Nacional, março, 2021
- 'Mulheres com energia', evento que debateu a liderança no feminino e a transição energética a 8 de março
- Participação no roadshow, com 5 ações de formação, em coordenação com AICEP e ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses para dinamização do Programa de Qualificação do Território para o Investimento.
- Participação no Seminário do Australian Business Council, julho 2018
- "Administração Local e Empreendedorismo", conferência integrada no Ciclo de Conferências Administração Local, 2015.
- "A crise do Petróleo: Os Desafios da Geopolítica Energética" - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- "Oportunidades de Investimento em Portugal", Expo Xangai 2010 e- Unique Investment Opportunities - Unique Investment Partners" Feira de Investimento de Macau, 2009.
- "Desenvolvimento Regional no Centro", no 4º Fórum de Desenvolvimento Económico, 2019.
- Brand Sense - A influência dos 5 sentidos na promoção de marcas - Seminário Organizado pela Centromarca - Associação Portuguesa de Produtos de Marca, maio 2007.

Seminários Presença em diversos Seminários, a destacar:

- Presença no Portuga I - UK *Economic Forum*, Londres, abril 2018, organizado pela AICEP Portugal Globale pelo Portugal IN, em parceria com a Bloomberg.- Realização das reuniões B2B
- "II Encontro de Investidores da Diáspora", Viana do Castelo, dezembro 2017
- "China and Portugal Blue Partnership and the XXI Century Maritime Silk Road", Pequim e Xangai, outubro 2017

Distinções e Prémios

1º prémio dos European Enterprise Promotion Awards 2020 - melhor projeto de Desenvolvimento do Ambiente Empresarial atribuído ao Portugal Site Selection sob sua coordenação

Prémio EPSA 2015, Excelência no setor público, *European Institute of Public Administration (EIPA)* Boas Práticas na Administração Pública, atribuído ao projeto Global Find da qual foi coordenadora.

Projeto SIG 2008, Excelência em SIG, ESRI Portugal atribuído ao projeto Global Find da qual foi coordenadora.

Cursos

Curso "*Persuasive Communications and Presentations*" ministrado em Barcelona pela *London Business School*, em 1999.

Curso de Excel avançado

Curso de Formação Pedagógica de Formadores lecionado pelo *Citeforma* - certificação e competência para formar.

Diversos cursos de liderança, negociação e de gestão do tempo, ministrados pela Cegoc.

Curso de Pintura da Sociedade Nacional de Belas Artes

Estágios

Estágio no Departamento Financeiro da Extensão - Gestão de Empresa, Marketing, Lda, entre janeiro e maio de 1994.

Estágio na BCG - "*Boston Consulting Group*" no âmbito do projeto "BNU Empresas", entre outubro de 1993 e janeiro de 1994

ANEXOS

Enumere os documentos anexos ao CV. Exemplos:

- cópias dos diplomas e certificados
- certificados de trabalho ou de estágio
- obras publicadas ou trabalhos de investigação

Handwritten initials in blue and green ink, possibly reading "R. M." or similar.

INFORMAÇÃO PESSOAL

Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque



Sexo Masculino | Data de nascimento 28/10/1974 | Nacionalidade Portuguesa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2021 – Até ao momento

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva

Aicep Global Parques, S.A

Enquanto membro da comissão executiva tenho atribuída o pelouro da área técnica a qual é responsável por assegurar as funções de desenvolvimento dos instrumentos de planeamento e ordenamento das áreas/produtos sob gestão, promovendo – em insourcing ou outsourcing – projetos, processos de licenciamento, execução das consequentes obras de loteamento e infraestruturação e obras de grande manutenção, tendo em conta as várias unidades de negócio sob gestão da empresa.

A aicep Global Parques é uma empresa do Setor Empresarial do Estado especialista em gestão de parques empresariais e na prestação de serviços de localização para investimento nos setores da indústria, energia, logística e serviços em Portugal

2021 – Até ao momento

Administrador Executivo

ENA Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

Enquanto membro da administração participo nas decisões estratégicas da empresa.

A ENA é uma associação sem fins lucrativos, criada em 2006, que desenvolve atividades nas áreas do ambiente e da energia e que visa o desenvolvimento sustentável da comunidade onde se insere, atuando enquanto promotora da alteração de comportamentos e hábitos de utilização dos recursos e envolvendo os diversos agentes locais de modo a criar uma cultura energética e ambiental verdadeiramente eficiente

2009 – Até ao momento

Assistente Convidado

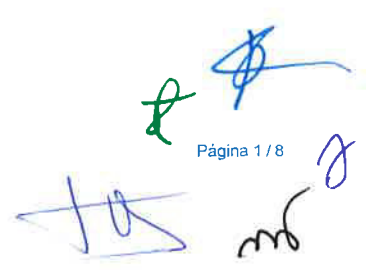
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Assistente Convidado no Departamento de Tecnologias da Construção.

Unidades curriculares lecionadas:

- Avaliação e Gestão Imobiliária;
- Conforto Ambiental;
- Edificações,
- Estruturas;
- Física das Construções;
- Materiais;
- Sustentabilidade e Eficiência Energética.

A Faculdade de Arquitetura é uma das 18 faculdades e institutos que fazem parte da Universidade de Lisboa. Faz parte do sistema de ensino superior.



2020 – 2021 Diretor do Departamento de Gestão de Empreendimentos

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.

Enquanto Diretor de Departamento tive por responsabilidade a gestão das seguintes atividades:

- Apoiar tecnicamente os serviços e organismos do MJ na preparação dos programas preliminares para a elaboração dos projetos necessários à construção, adaptação, ampliação, remodelação dos imóveis afetos a esses serviços;
- Elaborar, em coordenação com os serviços e organismos do MJ, o planeamento das obras a executar, bem como a respetiva estimativa de custo, identificando as fontes de financiamento;
- Realizar ou promover os estudos e elaborar projetos de obras de construção, adaptação, ampliação, remodelação e conservação de imóveis, afetos aos serviços da justiça, nomeadamente tribunais, estabelecimentos prisionais, centros educativos, serviços externos dos registos, serviços de medicina legal e da propriedade industrial, articulando o respetivo planeamento com os serviços e organismos do MJ;
- Acompanhar a elaboração de projetos desenvolvidos por entidades externas, apreciando-os e determinando as necessárias adaptações;
- Estudar soluções de normalização e de produção industrializada com vista a otimizar o binómio preço/qualidade;
- Preparar, em articulação com os serviços e organismos do MJ, os cadernos de encargos, ou outros elementos na vertente técnica, necessários para o lançamento de procedimentos concursais para a contratação da elaboração de estudos, projetos, empreitadas, fornecimentos, fiscalização das mesmas e outros serviços necessários;
- Assegurar a gestão dos empreendimentos e fiscalização, diretamente ou com recurso a entidades externas, das empreitadas referidas nas alíneas anteriores, até à receção das mesmas, assegurando a prestação de informações aos serviços a quem se destinam os imóveis;
- Elaborar normas relativas a materiais e técnicas de construção, caracterização de terrenos e edifícios, gestão e utilização de espaços e segurança de instalações;
- Definir, em articulação com os serviços e organismos do MJ, tipologias de instalações e dos equipamentos a utilizar e elaborar bases de dados que permitam caracterizar esses imóveis.

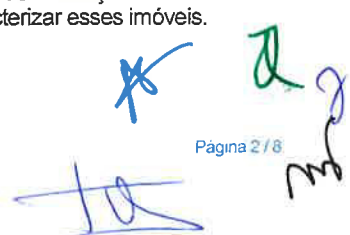
Instituto público, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, que prossegue atribuições do Ministério da Justiça, sob a sua superintendência e tutela. Atua em várias vertentes de cariz transversal ao Ministério da Justiça, nomeadamente orçamental e financeira, patrimonial e obras, infraestruturas tecnológicas e sistemas de informação.

2019 - 2020 Coordenador do Núcleo de Elaboração de Projetos

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça.

Enquanto Coordenador de núcleo tinha por responsabilidade a gestão das seguintes atividades:

- Apoiar tecnicamente os serviços e organismos do MJ na preparação dos programas preliminares para a elaboração dos projetos necessários à construção, adaptação, ampliação, remodelação dos imóveis afetos a esses serviços;
- Elaborar, em coordenação com os serviços e organismos do MJ, o planeamento das obras a executar, bem como a respetiva estimativa de custo, identificando as fontes de financiamento;
- Realizar ou promover os estudos e elaborar projetos de obras de construção, adaptação, ampliação, remodelação e conservação de imóveis, afetos aos serviços da justiça, nomeadamente tribunais, estabelecimentos prisionais, centros educativos, serviços externos dos registos, serviços de medicina legal e da propriedade industrial, articulando o respetivo planeamento com os serviços e organismos do MJ;
- Acompanhar a elaboração de projetos desenvolvidos por entidades externas, apreciando-os e determinando as necessárias adaptações;
- Estudar soluções de normalização e de produção industrializada com vista a otimizar o binómio preço/qualidade;
- Preparar, em articulação com os serviços e organismos do MJ, os cadernos de encargos, ou outros elementos na vertente técnica, necessários para o lançamento de procedimentos concursais para a contratação da elaboração de estudos, projetos, empreitadas, fornecimentos e outros serviços necessários;
- Elaborar normas relativas a materiais e técnicas de construção, caracterização de terrenos e edifícios, gestão e utilização de espaços e segurança de instalações;
- Definir, em articulação com os serviços e organismos do MJ, tipologias de instalações e dos equipamentos a utilizar e elaborar bases de dados que permitam caracterizar esses imóveis.



Instituto público, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, que prossegue atribuições do Ministério da Justiça, sob a sua superintendência e tutela. Atua em várias vertentes de cariz transversal ao Ministério da Justiça, nomeadamente orçamental e financeira, patrimonial e obras, infraestruturas tecnológicas e sistemas de informação.

2011 - 2018 Consultor Externo

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça.

- Gestor do Projeto Tribunal Mais;
- Gestor do Projeto do Sistema de Monitorização do Património da Justiça;
- Gestor do Projeto da Nova Sede da Polícia Judiciária;
- Gestão da Segurança do Campus de Justiça de Lisboa.

Instituto público, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, que prossegue atribuições do Ministério da Justiça, sob a sua superintendência e tutela. Atua em várias vertentes de cariz transversal ao Ministério da Justiça, nomeadamente orçamental e financeira, patrimonial e obras, infraestruturas tecnológicas e sistemas de informação.

2005 - 2011 Coordenador do Gabinete de Planeamento e Monitorização de Instalações

Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça.

Enquanto Coordenador de núcleo tinha por responsabilidade a gestão das seguintes atividades:

- Planeamento das intervenções a realizar pelo IGFIJ na Manutenção, Reabilitação e Alteração seu Património Edificado.
- Planear a necessidade no domínio de novas Instalações (Plano de Investimento; Plano de Acção);
- Gestão da Monitorização das Instalações e Equipamentos dos Edifícios afetos ao Ministério da Justiça (Tribunais, Polícia Judiciária, Instituto Nacional de Medicina Legal, Estabelecimentos Prisionais, Instituto de Registos e Notariado, Direção Geral de Reinserção Social, Edifícios Centrais);
- Assegurar a inventariação dos bens imóveis a manter atualizado o respetivo cadastro;
- Definir tipologias de instalações e dos equipamentos a utilizar pelos serviços de justiça;
- Elaborar normas relativas a materiais e técnicas de construção, caracterização de terrenos e edifícios, gestão e utilização de espaços e segurança de instalações;
- Avaliação de Investimentos;
- Promover as avaliações do património imobiliário próprio do IGFIJ, I. P., e do afeto ou a utilizar pelo Ministério da Justiça;
- Elaboração dos Concursos dos Campus de Justiça e da Polícia Judiciária;
- Gestão do Sistema de Segurança do Campus de Justiça de Lisboa.

Instituto público, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, que prossegue atribuições do Ministério da Justiça, sob a sua superintendência e tutela. Atua em várias vertentes de cariz transversal ao Ministério da Justiça, nomeadamente orçamental e financeira, patrimonial e obras, infraestruturas tecnológicas e sistemas de informação.

2000- 2005 Arquiteto

Profissional Liberal

Projetos mais relevantes:



- Coordenador da Elaboração dos documentos Estratégicos para a Unidades de Intervenção da Igreja da Memória, Sociedade de Reabilitação Urbana Ocidental de Lisboa;
- Elaboração do Projecto de reabilitação do edifício Pombalino, sito na Rua do Comércio nº 31, para instalação da Direção de Serviços Jurídicos do Ministério das Finanças, Ministério das Finanças.
- Elaboração do Projecto de Arquitectura da Secção da Polícia de Segurança Pública de Vila do Conde, Ministério da Administração Interna.
- Elaboração do Projecto de Arquitectura do Pavilhão Polidesportivo do Sporting da Horta – Açores, Sporting da Horta.
- Elaboração do Projecto da Pista de Atletismo para o Parque do Oeste/Vale Grande, Alta de Lisboa.
- Coordenador da Elaboração dos Documentos Estratégicos para as Unidades de Intervenção 1, 2, 5, 9 e 10 Ajuda, Sociedade de Reabilitação Urbana Ocidental de Lisboa.
- Elaboração do Projecto de Arquitectura do Polidesportivo do Centro Cultural e Recreativo de Stª. Engrácia.
- Elaboração do Projecto das Instalações da Polícia Judiciária da Guarda, Ministério da Justiça.
- Elaboração do Projecto de Arquitectura do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Loriga, Ministério da Administração Interna.
- Elaboração do Projecto de Arquitectura do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Torre Dona Chama, Ministério da Administração Interna.

Arquitetura

EDUCAÇÃO

1993 - 1999

Licenciatura em Arquitectura

Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Principais unidades curriculares:

- Ambiente
- Desenho
- Edificações
- Estática
- Física das Construções
- Geografia Física
- Geografia Urbana
- Geometria Descritiva e Conceptual
- História da Arquitectura
- História da Arte Contemporânea
- Matemática e Estatística
- Materiais
- Modelação e Visualização Tridimensional em Arquitectura
- Projeto
- Teoria da Arquitectura
- Urbanismo

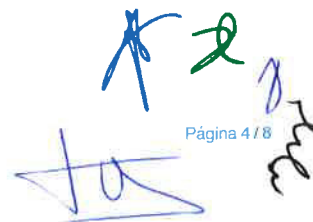
2010

Frequência do Mestrado Executivo em Gestão e Finanças Imobiliárias

INDEG - Instituto Universitário de Lisboa

Principais unidades curriculares concluídas:

- Análise e Avaliação de Empresas
- Avaliação Imobiliária
- Direito Imobiliário
- Estratégia Financeira da Empresa
- Financiamento do Imobiliário
- Fiscalidade no Imobiliário
- Investimentos Imobiliários
- Negociação



FORMAÇÃO

- 2021 Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública
HighSkills
24 Horas
- 2020 Manutenção de Edifícios
SGS – ISEL – APFM
12 Horas
- 2018 Gestão de Contratos e Monitorização da Despesa
INA
24 Horas
- 2018 Integração de Energias Renováveis no Edificado
FUNDEC
13 Horas
- 2016 Coordenação e Segurança em Obra
Ordem Arquitetos
14 Horas
- 2015 Gestão e Fiscalização de Obras
FUNDEC
24 Horas
- 2014 Facilities Management
FUNDEC
24 Horas
- 2012 Project Management Professional
Rumos
35 Horas



2010 FORGEP – Formação Avançada em Gestão Pública

DIREÇÃO-GERAL DA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS

Principais unidades curriculares:

- Avaliação de Desempenho
- Eficácia e Produtividade
- Estratégias e Gestão de Pessoas
- Ética do Serviço Público
- Gestão por Objetivos
- Gestão Pública e Accountability
- Informação, Conhecimento, Tecnologias e Administração Eletrónica
- Inovação
- Internacionalização e Integração Europeia
- Liderança e Motivação
- Liderança Emocional
- Marketing Publico
- Métodos Quantitativos
- Negociação e Resolução de Conflitos
- Organizações e Estruturas
- prospetiva e Planeamento
- Qualidade
- Recursos Materiais
- Recursos Orçamentais
- Análise e Avaliação de Empresas

2009 O Novo Regime de Contratação Pública

DIREÇÃO-GERAL DA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS

7,5 Horas

2008 Gestão, Execução e Controlo de Empreendimentos e Obras FUNDEC

14,5 Horas

2006 Gestão de Projectos pelo método Project Management Body of Knowledge (PMI)

DIREÇÃO-GERAL DA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS

32 Horas

2005 Formação Avançada em Construções

Instituto Superior Técnico de Lisboa

260 Horas



COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	C1	C1	B2	B2	B1
Indique o título do certificado/diploma de línguas. Caso saiba, especifique o nível.					
Espanhol	C1	C1	C1	C1	B2
Indique o título do certificado/diploma de línguas. Caso saiba, especifique o nível.					

Competências de comunicação

- Excelente capacidade de relacionamento interpessoal e comunicação - adquiridas através da experiência de coordenar equipas e participar em diversas organizações;
- Team Bulding - experiência adquirida no contexto da gestão de equipas, em que promovi diversificadas ações que visam fortalecer o espírito das equipas e reforçar a sua capacidade de superação;
- Fluência oral e escrita - esta competência tem sido desenvolvida através da das distintas atividades que realizo e que obrigam a uma grande assertividade e objetividade, como seja a docência universitária, a gestão de equipas de trabalhos e também na atividade política, nomeadamente enquanto presidente da comissão de urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa;
- Capacidade de Escuta ativa - filtrando e descodificando, através de uma elevada concentração, as mensagens que nos são transmitidas pelo orador.
- Confiança e convicção – duas das competências que aprendi a valorizar como fundamentais para que se consiga atingir os objetivos a que nos propomos, em particular nos trabalhos em equipa. Uma parte significativa desta experiência pessoal advém da prática de desportos coletivos em que sempre assumi motivacionais.
- Empatia – grande capacidade de estabelecer empatia com as pessoas que me rodeiam, sabendo respeitar e valorizar outras opiniões e ouvir e partilhar os meus próprios pontos de vista.
- Respeito – uma das competências fundamentais na comunicação. Respeitar para valorizar e ser respeitado.

Competências de organização

- Planeamento – boa capacidade de planeamento, traduzida na definição de objetivos tendo em atenção o contexto e os meios para os atingir. Esta competência tem sido desenvolvida através da gestão de equipas e grandes projetos e, também, de formação profissional em gestão de projetos.
- Capacidade de liderança – boa capacidade de liderança, para a qual também contribui a competência de planeamento, dado que para conduzir uma equipa até aos objetivos implica organização. A minha liderança tem vindo a ser desenvolvida, através da coordenação de diversos projetos, dado que a liderança implica o desenvolvimento e aperfeiçoamento de várias competências.
- Organização – boa capacidade de manter as ideias estruturadas, manter a concentração e a frieza para atuar com racionalidade e espírito crítico.
- Gestão de Projetos – para a gestão de projetos muito contribui a organização e planeamento. A capacidade de gestão de projetos tem vindo a ser desenvolvida ao longo dos últimos quinze anos de experiência profissional, com a coordenação de distintos projetos.



Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO				
Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
Avançado	Avançado	Independente	Independente	Independente

- domínio avançado das ferramentas da suíte de escritório (Word, Excel, Power Point, Mail);
- domínio avançado de ferramentas de gestão de projeto ou de projeto colaborativo (MS Project, TEAMS, ASANA)
- domínio avançado do Autocad, ferramenta utilizada na elaboração de projetos;
- domínio avançado de ferramentas de simulação energética;
- bom domínio do software de edição de fotos e imagem, Photoshop e outros, adquirida enquanto fotógrafo amador e produtor de imagens fotorrealistas;

Outras competências

- Fotografia

Carta de Condução

L-1 511 473 de 29 de março de 1995 – Categorias A e B

INFORMAÇÃO ADICIONAL


2019 – até ao momento
 2017 – até ao momento
 2016 – até ao momento
 2013 – até ao momento

Membro da Comissão de Normalização CT 171 - Sustentabilidade dos Edifícios
 Presidente da Comissão de Urbanismo e Obras da Assembleia Municipal de Lisboa
 Membro da Comissão de Normalização CT197-BIM
 Vogal da Direção da Associação Portuguesa de Facility Management (APFM – Gestão de Instalações);

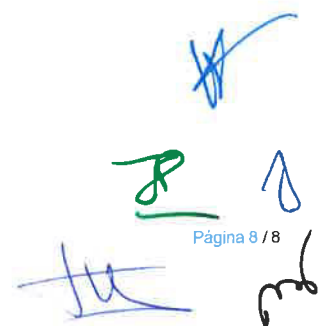
ANEXOS

- cópias dos diplomas e certificados

Lisboa, 3 de março de 2022



Augusto Miguel Gama Albuquerque



INFORMAÇÃO PESSOAL

Philomène da Costa Dias



Sexo Feminino | Data de nascimento 04/07/1973 | Nacionalidade Portuguesa e Francesa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Desde Jun. 2021

Vogal do Conselho de Administração - não executivo**AICEP GLOBAL PARQUES-GESTÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS E SERVIÇOS, S.A.**

Empresa pública do Sector Empresarial do Estado

Desde Nov. 2019

Diretora Direção de Angariação de Investimento**AICEP - AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL E.P.E.**

- Coordenação das atividades de angariação de investimento estrangeiro : prospeção de novos investidores e desenvolvimento e acompanhamento de projetos de investimento
- Definição da estratégia comercial de captação de investimento estrangeiro
- Definição e desenvolvimento de ferramentas de promoção da atratividade de Portugal

Empresa Pública Empresarial sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros

De Abr. 2015 a Nov. 2019

Diretora Adjunta Direção Grandes Empresas**AICEP - AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL E.P.E.**

- Desenvolvimento e implementação da rede de FDI Souts, especialistas em investimento estrangeiro
- Coordenação da atividade de angariação de investimento estrangeiro : prospeção e abordagem comercial a novos investidores
- Definição da estratégia comercial de captação de investimento estrangeiro

Empresa Pública Empresarial sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros

De Jan. 2007 a Abr. 2015

Gestora de Cliente – Direção Grandes Empresas**AICEP - AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL E.P.E.**

- Gestão de carteira de clientes com acompanhamento de contratos de investimentos
- Acompanhamento de clientes no desenvolvimento da sua atividade em Portugal
- Organização de ações de rede de fornecedores para clientes estrangeiros

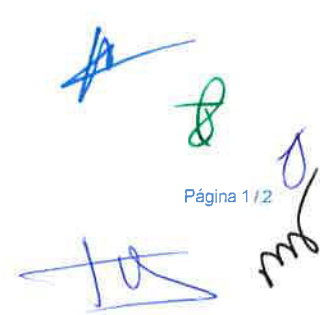
Empresa Pública Empresarial sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros

De Fev. 2003 a Jan. 2007

Gestora de Mercados – Direção Angariação**API - AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E.P.E.**

- Prospeção de potenciais investidores estrangeiros
- Abordagem comercial junto de potenciais investidores estrangeiros
- Definição de propostas comerciais para o mercado da Europa ocidental
- Acompanhamento de empresas europeias no desenvolvimento da sua atividade em Portugal
- Organização de eventos de promoção do IDE em Portugal no mercado europeu

Empresa Pública Empresarial sob tutela do Ministério da Economia



De Nov. 1996 a Fev. 2003

Gestora de Projetos

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO S.A. (PORTO)

- Coordenadora para Portugal do projeto europeu de promoção das ferramentas de gestão da inovação nas PME's - Innoregio
- Coordenadora do processo de avaliação e acompanhamento dos projetos de I&D em consórcio co-financiados pelo programa POCTI para a área metalomecânica
- Técnica de acompanhamento e execução do programa de benchmarking nas empresas portuguesas promovido pelo IAPMEI
- Coordenação da Estratégia de Inovação para a Região Norte - iniciativa europeia promovida pela DG Regio
- Realização de auditorias tecnológicas no âmbito do SIFIDE

Sociedade comercial de capital público sob tutela do Ministério da Economia e Ministério da Ciência e Tecnologia

De Abr. 1996 a Out. 1996

Técnica de Projetos

TECH'INNOVE (LYON, FRANCE)

- Realização de estudos de viabilidade económica de projetos inovadores
- Preparação de candidaturas de financiamento ao ANVAR para projetos inovadores
- Estudos de mercado Empresa de consultadoria em gestão da inovação

Empresa de consultadoria em gestão da inovação

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

De Ago. 2000 a Jul. 2001

MBA Executivo Gestão Empresarial

Nível 7

Escola de Gestão da Universidade do Porto – Porto Business School

De Out. 1995 a Jul. 1996

Master Economie et Management – spécialité Economie des organisations, de l'Innovation et de la propriété intellectuelle

Nível 7

Université Lumière Lyon II, France

De Out. 1991 a Set. 1995

Maitrise de Sciences Economiques – Mention Techniques Economiques et de Gestion

Nível 6

Université Pierre Mendès-France, Grenoble II – UFR Développement, Gestion Economique et Sociétés, France

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Francês e português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	C2	C2	C1	C1	B2
Espanhol	C2	C2	B2	B2	B1

Competências de comunicação

Excelente capacidade de comunicação desenvolvida através da experiência profissional enquanto responsável pela gestão comercial dos contactos com investidores estrangeiros.

Competências de organização

Boa capacidade de liderança, planeamento e organização de trabalho de uma equipa de 13 pessoas.

Competência digital

Na ótica do utilizador, domínio de Word, Excel, Power Point, Access

Carta de Condução

Carta condução para veículos de tipo B, N° 920738101413



ANEXO II

Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2021.



Handwritten marks in the bottom right corner, including a blue checkmark, a green scribble, and other illegible blue and black ink marks.



aicep Global Parques

EXTRATO DA ATA N.º 276 DA RCA DE 08 DE MARÇO DE 2022

...

4. I00176-20220302-RGS-00001-LIS-DAF-IT - Relatório de Governo Societário de 2021 da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A.; -----

O Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o Relatório de Governo Societário da aicep Global Parques 2021, a remeter para apreciação da UTAM e aprovação pela DGTF e para a Assembleia-Geral de Acionistas, a realizar no dia 28 de março de 2022. -----

...

Handwritten marks including a blue symbol resembling a stylized 'K' or 'A', a green symbol resembling a stylized '2' or '3', and a purple scribble.

ANEXO III

Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.



Handwritten signatures and initials in blue and green ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be in blue ink, with some green ink markings below them.

Exmo. Conselho de Administração
aicep Global Parques - Gestão
de Áreas Empresariais e Serviços, SA
Rua Artilharia Um, nº 79, 7º andar
1250-038 LISBOA

10 de março de 2022
209/pad/cgs

Exmos. Senhores,

RELATÓRIO ANUAL DA BDO

Vimos apresentar o nosso relatório anual sobre a fiscalização efetuada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Como é do conhecimento de V.Exas. efetuámos a revisão legal das contas da **aicep Global Parques - Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA**, e procedemos ao exame das suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade que considerámos necessária nas circunstâncias. Em consequência emitimos a Certificação Legal das Contas datada de 10 de março de 2022, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido.

O trabalho realizado pode resumir-se como segue:

- Acompanhamento da atividade e dos negócios da Empresa através da obtenção de informações junto do Conselho de Administração e dos vários Serviços;
- Análise, com a frequência e a extensão que considerámos necessárias, dos procedimentos contabilísticos e das medidas de controlo interno em vigor na Empresa, e realização dos respetivos testes substantivos e de conformidade;
- Revisão analítica das principais contas do balanço, da demonstração dos resultados por naturezas, da demonstração das alterações no capital próprio e da demonstração dos fluxos de caixa;

- Confirmação direta dos saldos das principais contas de terceiros, nomeadamente, clientes, fornecedores e outros créditos a receber e outras dívidas a pagar, incluindo a aplicação de procedimentos alternativos;
- Confirmação direta de saldos e outras informações junto do consultor jurídico e instituições bancárias que mantêm relações comerciais com a Empresa;
- Análise das reconciliações bancárias;
- Análise dos saldos considerados de cobrança duvidosa;
- Verificação das perdas de imparidade reconhecidas face aos respetivos graus de recuperabilidade;
- Análise da evolução dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento e realização de testes sobre: aquisições, abates, transferências entre contas, depreciações e amortizações, bem como verificação da consistência dos critérios aplicados;
- Análise das aquisições e alienações de participações financeiras e sua valorização;
- Confirmação do cumprimento das obrigações perante o Estado e a Segurança Social;
- Apreciação e análise dos movimentos ocorridos nas contas que integram o capital próprio;
- Testes sobre a especialização dos gastos e rendimentos;
- Verificação documental das principais transações e operações;
- Análise de conformidade do relatório de gestão e das demonstrações financeiras, com a lei, os estatutos, os registos contabilísticos e verificação da concordância entre as informações divulgadas naquelas peças.

O Fiscal Único verificou ainda, que foram cumpridas determinadas orientações legais vigentes para o setor empresarial do Estado, designadamente a das reduções remuneratórias, aplicáveis no exercício, previstas na Lei (Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho), bem como a da exigência constante no nº1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Como corolário do trabalho realizado, e no sentido de darmos cumprimento ao disposto na norma internacional de auditoria 580 - Declarações Escritas, solicitámos a V. Exas. que nos fosse enviada a denominada Declaração do Órgão de Gestão.



Finalmente não queremos deixar de manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes e apresentar os nossos melhores cumprimentos.

De V. Exas.
Atentamente

BDO & Associados, SROC
A Administração

A handwritten signature in blue ink, reading 'Pedro Aleixo Dias', written over a horizontal line.

Pedro Aleixo Dias
ROC - Sócio

A handwritten signature in blue ink, reading 'Claudia Gomes Sena', written over a horizontal line.

Claudia Gomes Sena
ROC - Diretora

ANEXO IV

Declarações a que se refere o artigo 51.º do RJSPE.



Handwritten signatures in blue and green ink, including a stylized signature and the initials 'm'.

ms $\frac{2}{12}$ ✓



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO

Rita Lindley Cintra Torres Araújo, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A., declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que no exercício das suas funções se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Lisboa, 8 de março de 2022.

Handwritten text, possibly a signature or name, located in the upper right quadrant of the page.

Handwritten text in the bottom left corner, including a stylized signature and some illegible characters.



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO

Filipe Santos Fernandes da Costa, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A., declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que no exercício das suas funções se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Lisboa, 8 de março de 2022.

20

15/11/20
15/11/20




aicep Global Parques

DECLARAÇÃO

Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A., declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que no exercício das suas funções se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Lisboa, 8 de março de 2022.





aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A

Serviços Centrais: Rua Artilharia Um 79, 7º • 1250-038 Lisboa • Portugal • Tel. +351 213 827 750 • Fax +351 213 860 900 globalparques@globalparques.pt •

www.globalparques.pt



mr 10/28/18



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO

Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A., declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que no exercício das suas funções se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Lisboa, 8 de março de 2022.

aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A

Serviços Centrais: Rua Artilharia Um 79, 7º • 1250-038 Lisboa • Portugal • Tel. +351 213 827 750 • Fax +351 213 860 900 globalparques@globalparques.pt •

www.globalparques.pt

my 10 20 30 40



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO

Philomène da Costa Dias, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A., declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que no exercício das suas funções se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Lisboa, 8 de março de 2022.

Mr. J. S. P. K.

ANEXO V

Evidências da apresentação aos respectivos destinatários das Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.

Handwritten signatures in blue and green ink, located in the bottom right corner of the page. There are four distinct signatures, with two in blue and two in green.

$m \rightarrow \mathbb{R} \setminus \mathbb{K}$

Ana Pitarma

Assunto: Deveres de informação dos gestores públicos - Declaração submetida

From: autoridadeauditoria@igf.gov.pt <autoridadeauditoria@igf.gov.pt>
Sent: quarta-feira, 21 de julho de 2021 11:05
To: aicep PortugalGlobal <aicep@portugalglobal.pt>
Cc: admgestpublicossee@igf.gov.pt; autoridadeauditoria@igf.gov.pt
Subject: Deveres de informação dos gestores públicos - Declaração submetida

Exmo/a Senhor/a

Acusamos a receção da sua Declaração submetida no cumprimento da obrigação legal referente aos Deveres de informação dos gestores públicos.

DETALHE DA DECLARAÇÃO

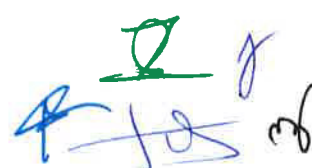
Esta é uma 1ª Declaração
Declaração nº: 148
Recebida em: 2021-07-21 às 11:02

Dados do/a Gestor/a

Nome Rita Lindley Cintra Torres Araújo
NIF [REDACTED]
Morada [REDACTED]
Email pessoal rita.araujo@portugalglobal.pt
Telefone [REDACTED]

Dados da Entidade

Setor da Entidade Setor Empresarial do Estado
Designação AICEP GLOBAL PARQUES-GESTÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS E SERVIÇOS, S.A.
NIPC 503580929
Morada Edifício ZILS, Monte Feio, Apartado 168, 7520-902 Sines
Email aicep@portugalglobal.pt
Tipo de entidade Empresa pública do Sector Empresarial do Estado



Declaração

Cargo para que foi nomeado/eleito Presidente do Conselho de Administração

Ato de nomeação/eleição Deliberação AG de 25 de Junho

Se anexou Documento, pode consultá-lo nas Declarações submetidas.

Email institucional aicep@portugalglobal.pt

Data do início do mandato 2021-06-25

A data do termo do mandato já ocorreu? Não

Data prevista do fim do mandato 2023-06-25

Exerce funções executivas no Conselho de Administração? Não

Exerce funções em regime de exclusividade? Não

Exerce funções noutras empresas/entidades do grupo? Sim

Se respondeu Sim, pode consultar a lista das entidades mencionadas nas Declarações submetidas.

Exerce funções noutras empresas/entidades? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a lista das entidades mencionadas nas Declarações submetidas.

Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? Sim

Se respondeu sim e anexou a Certidão Permanente, pode consultá-la nas Declarações submetidas.

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? Sim

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse? Não


Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Declaro, sob compromisso de honra, que todos os dados inseridos no formulário são verdadeiros, não contêm erros e correspondem à integralidade da informação relevante sobre Gestores Públicos.

Pode acompanhar o estado das suas declarações no site desta Autoridade de Auditoria em DEVERES DE COMUNICAÇÃO >> Gestores Públicos >> Acompanhamento de declarações.

Caso necessário pode solicitar o preenchimento de uma declaração de substituição para correção dos dados declarados para o seguinte endereço: autoridadeauditoria@igf.gov.pt.

A IGF- Autoridade de Auditoria

Handwritten signatures in green, blue, and black ink, located in the bottom right corner of the page.

Handwritten marks in the bottom right corner, including a green checkmark, a blue checkmark, a blue signature, and a black signature.

Ana Pitarma

Assunto: RE: Deveres de informação dos gestores públicos - Declaração submetida

De: IGF-Autoridade de Auditoria <autoridadeauditoria@igf.gov.pt>

Enviada: 19 de julho de 2021 15:21

Para: filipe.costas@globalparques.pt

Cc: AdmGestoresPublicosSEE <admgestpublicossee@igf.gov.pt>; IGF-Autoridade de Auditoria <autoridadeauditoria@igf.gov.pt>

Assunto: Deveres de informação dos gestores públicos - Declaração submetida

Exmo/a Senhor/a

Acusamos a receção da sua Declaração submetida no cumprimento da obrigação legal referente aos Deveres de informação dos gestores públicos.

DETALHE DA DECLARAÇÃO

Esta é uma 1ª Declaração

Declaração nº: 146

Recebida em: 2021-07-19 às 15:17

Dados do/a Gestor/a

Nome Filipe Santos Fernandes da Costa

NIF [REDACTED]

Morada [REDACTED]

Email pessoal filipe.costa@globalparques.pt

Telefone [REDACTED]

Dados da Entidade

Setor da Entidade Setor Empresarial do Estado

Designação AICEP GLOBAL PARQUES-GESTÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS E SERVIÇOS, S.A.

NIPC 503580929

Morada Edifício ZILS, Monte Feio, Apartado 168, 7520-902 Sines

Email aicep@portugalglobal.pt

Tipo de entidade Empresa pública do Sector Empresarial do Estado

Declaração

Cargo para que foi nomeado/eleito Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva

Ato de nomeação/eleição Assembleia Geral de acionistas

Se anexou Documento, pode consultá-lo nas Declarações submetidas.

Email institucional filipe.costas@globalparques.pt

Data do início do mandato 2021-06-25

A data do termo do mandato já ocorreu? Não

Data prevista do fim do mandato 2023-12-31

Exerce funções executivas no Conselho de Administração? Sim

Exerce funções em regime de exclusividade? Sim

Exerce funções noutras empresas/entidades do grupo?

Se respondeu Sim, pode consultar a lista das entidades mencionadas nas Declarações submetidas.

Exerce funções noutras empresas/entidades?

Se respondeu Sim, pode consultar a lista das entidades mencionadas nas Declarações submetidas.

Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? Não

Se respondeu sim e anexou a Certidão Permanente, pode consultá-la nas Declarações submetidas.

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Declaro, sob compromisso de honra, que todos os dados inseridos no formulário são verdadeiros, não contêm erros e correspondem à integralidade da informação relevante sobre Gestores Públicos.

Pode acompanhar o estado das suas declarações no site desta Autoridade de Auditoria em [DEVERES DE COMUNICAÇÃO >> Gestores Públicos >> Acompanhamento de declarações.](#)

Caso necessário pode solicitar o preenchimento de uma declaração de substituição para correção dos dados declarados para o seguinte endereço: autoridadeauditoria@igf.gov.pt.

A IGF- Autoridade de Auditoria

Handwritten signatures in green, blue, and black ink, located in the bottom right corner of the page.

2017

~~2017~~
~~2017~~
~~2017~~

Ana Pitarma

Assunto: RE: Deveres de informação dos gestores públicos - Declaração submetida

De: autoridadeauditoria@igf.gov.pt <autoridadeauditoria@igf.gov.pt>

Enviada: 20 de julho de 2021 10:31

Para: Isabel Cardoso <isabel.cardoso@globalparques.pt>

Cc: admgestpublicossee@igf.gov.pt; autoridadeauditoria@igf.gov.pt

Assunto: Deveres de informação dos gestores públicos - Declaração submetida

Exmo/a Senhor/a

Acusamos a receção da sua Declaração submetida no cumprimento da obrigação legal referente aos Deveres de informação dos gestores públicos.

DETALHE DA DECLARAÇÃO

Esta é uma 1ª Declaração

Declaração nº: 147

Recebida em: 2021-07-20 às 10:29

Dados do/a Gestor/a

Nome Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto

NIF [REDACTED]

Morada [REDACTED]

Email pessoal isabel.cardoso@globalparques.pt

Telefone [REDACTED]

Dados da Entidade

Setor da Entidade Setor Empresarial do Estado

Designação AICEP GLOBAL PARQUES-GESTÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS E SERVIÇOS, S.A.

NIPC 503580929

Morada Edifício ZILS, Monte Feio, Apartado 168, 7520-902 Sines

Email aicep@portugalglobal.pt

Tipo de entidade Empresa pública do Sector Empresarial do Estado

Declaração

Cargo para que foi nomeado/eleito Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva



Ato de nomeação/eleição Assembleia Geral

Se anexou Documento, pode consultá-lo nas Declarações submetidas.

Email institucional isabel.cardoso@globalparques.pt

Data do início do mandato 2021-06-25

A data do termo do mandato já ocorreu? Não

Data prevista do fim do mandato 2023-12-31

Exerce funções executivas no Conselho de Administração? Sim

Exerce funções em regime de exclusividade? Sim

Exerce funções noutras empresas/entidades do grupo?

Se respondeu Sim, pode consultar a lista das entidades mencionadas nas Declarações submetidas.

Exerce funções noutras empresas/entidades?

Se respondeu Sim, pode consultar a lista das entidades mencionadas nas Declarações submetidas.

Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? Não

Se respondeu sim e anexou a Certidão Permanente, pode consultá-la nas Declarações submetidas.

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Declaro, sob compromisso de honra, que todos os dados inseridos no formulário são verdadeiros,
X não contêm erros e correspondem à integralidade da informação relevante sobre Gestores Públicos.

Pode acompanhar o estado das suas declarações no site desta Autoridade de Auditoria em [DEVERES DE COMUNICAÇÃO >> Gestores Públicos >> Acompanhamento de declarações.](#)

Caso necessário pode solicitar o preenchimento de uma declaração de substituição para correção dos dados declarados para o seguinte endereço: autoridadeauditoria@igf.gov.pt.

A IGF- Autoridade de Auditoria

Ana Pitarma

Assunto: RE: Deveres de informação dos gestores públicos - Declaração submetida

De: autoridadeauditoria@igf.gov.pt <autoridadeauditoria@igf.gov.pt>

Enviada: 16 de agosto de 2021 15:38

Para: Miguel Gama <miguel.gama@globalparques.pt>

Cc: admgestpublicossee@igf.gov.pt; autoridadeauditoria@igf.gov.pt

Assunto: Deveres de informação dos gestores públicos - Declaração submetida

Exmo/a Senhor/a

Acusamos a receção da sua Declaração submetida no cumprimento da obrigação legal referente aos Deveres de informação dos gestores públicos.

DETALHE DA DECLARAÇÃO

Esta é uma 1ª Declaração

Declaração nº: 159

Recebida em: 2021-08-16 às 15:33

Dados do/a Gestor/a

Nome	Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque
NIF	[REDACTED]
Morada	[REDACTED]
Email pessoal	[REDACTED]
Telefone	[REDACTED]

Dados da Entidade

Setor da Entidade	Setor Empresarial do Estado
Designação	AICEP GLOBAL PARQUES-GESTÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS E SERVIÇOS, S.A.
NIPC	503580929
Morada	Edifício ZILS, Monte Feio, Apartado 168, 7520-902 Sines
Email	aicep@portugalglobal.pt
Tipo de entidade	Empresa pública do Sector Empresarial do Estado

Declaração



Cargo para que foi nomeado/eleito Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Ato de nomeação/eleição Assembleia Geral da Aicep Global Parques - 25 de Junho de 2021

Se anexou Documento, pode consultá-lo nas Declarações submetidas.

Email institucional miguel.gama@globalparques.pt

Data do início do mandato 2021-06-25

A data do termo do mandato já ocorreu? Não

Data prevista do fim do mandato 2023-06-25

Exerce funções executivas no Conselho de Administração? Sim

Exerce funções em regime de exclusividade? Sim

Exerce funções noutras empresas/entidades do grupo?

Se respondeu Sim, pode consultar a lista das entidades mencionadas nas Declarações submetidas.

Exerce funções noutras empresas/entidades?

Se respondeu Sim, pode consultar a lista das entidades mencionadas nas Declarações submetidas.

Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? Sim

Se respondeu sim e anexou a Certidão Permanente, pode consultá-la nas Declarações submetidas.

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Declaro, sob compromisso de honra, que todos os dados inseridos no formulário são verdadeiros, não contêm erros e correspondem à integralidade da informação relevante sobre Gestores Públicos.

Pode acompanhar o estado das suas declarações no site desta Autoridade de Auditoria em [DEVERES DE COMUNICAÇÃO >> Gestores Públicos >> Acompanhamento de declarações.](#)

Caso necessário pode solicitar o preenchimento de uma declaração de substituição para correção dos dados declarados para o seguinte endereço: autoridadeauditoria@igf.gov.pt.

A IGF- Autoridade de Auditoria

Ana Pitarma

Assunto: RE: Deveres de informação dos gestores públicos - Declaração submetida

From: autoridadeauditoria@igf.gov.pt <autoridadeauditoria@igf.gov.pt>
Sent: 11 de agosto de 2021 22:52
To: Philomène Dias <philomene.dias@portugalglobal.pt>
Cc: admgestpublicossee@igf.gov.pt; autoridadeauditoria@igf.gov.pt
Subject: Deveres de informação dos gestores públicos - Declaração submetida

Exmo/a Senhor/a

Acusamos a receção da sua Declaração submetida no cumprimento da obrigação legal referente aos Deveres de informação dos gestores públicos.

DETALHE DA DECLARAÇÃO

Esta é uma 1ª Declaração
Declaração nº: 155
Recebida em: 2021-08-11 às 22:50

Dados do/a Gestor/a

Nome	Philomène da Costa Dias
NIF	[REDACTED]
Morada	[REDACTED]
Email pessoal	[REDACTED]
Telefone	[REDACTED]

Dados da Entidade

Setor da Entidade	Setor Empresarial do Estado
Designação	AICEP GLOBAL PARQUES-GESTÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS E SERVIÇOS, S.A.
NIPC	503580929
Morada	Edifício ZILS, Monte Feio, Apartado 168, 7520-902 Sines
Email	aicep@portugalglobal.pt
Tipo de entidade	Empresa pública do Sector Empresarial do Estado

Declaração

Cargo para que foi nomeado/eleito Vogal do Conselho de Administração - não executivo

Ato de nomeação/eleição Ata nº50 da Assembleia Geral Ordinária

Se anexou Documento, pode consultá-lo nas Declarações submetidas.

Email institucional philomene.dias@portugalglobal.pt

Data do início do mandato 2021-06-25

A data do termo do mandato já ocorreu? Não

Data prevista do fim do mandato 2023-12-31

Exerce funções executivas no Conselho de Administração? Não

Exerce funções em regime de exclusividade? Não

Exerce funções noutras empresas/entidades do grupo? Sim

Se respondeu Sim, pode consultar a lista das entidades mencionadas nas Declarações submetidas.

Exerce funções noutras empresas/entidades? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a lista das entidades mencionadas nas Declarações submetidas.

Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? Não

Se respondeu sim e anexou a Certidão Permanente, pode consultá-la nas Declarações submetidas.

Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse? Não

Se respondeu Sim, pode consultar a informação declarada nas Declarações submetidas.

Declaro, sob compromisso de honra, que todos os dados inseridos no formulário são verdadeiros, não contêm erros e correspondem à integralidade da informação relevante sobre Gestores Públicos.

Pode acompanhar o estado das suas declarações no site desta Autoridade de Auditoria em [DEVERES DE COMUNICAÇÃO >> Gestores Públicos >> Acompanhamento de declarações](#).

Caso necessário pode solicitar o preenchimento de uma declaração de substituição para correção dos dados declarados para o seguinte endereço: autoridadeauditoria@igf.gov.pt.

A IGF- Autoridade de Auditoria



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro)

Eu, Rita Lindley Cintra Torres Araújo, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A., declaro, para os devidos efeitos, que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações relevantes com os fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 8 de março de 2022.

aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A

Serviços Centrais: Rua Artilharia Um 79, 7º • 1250-038 Lisboa • Portugal • Tel. +351 213 827 750 • Fax +351 213 860 900 globalparques@globalparques.pt •

www.globalparques.pt

10-10-15

~~A~~ ~~P~~ ~~W~~
M



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro)

Eu, Filipe Santos Fernandes da Costa, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A., declaro, para os devidos efeitos, que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações relevantes com os fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 8 de março de 2022.

* 8
8
8



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro)

Eu, Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A., declaro, para os devidos efeitos, que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações relevantes com os fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 8 de março de 2022.

Isabel Luísa Caldeira Gonçalves

[Handwritten signatures in blue ink]

Capital Social 20 886 305 Euros • Matrícula • N.º de Identificação Tributária 503 380 929 da E.B.C. de Saúde • SEDE: Edifício ZILS Monte Pinheiro • 7220-014 São João de Deus

Handwritten marks in blue, green, and purple ink, possibly initials or a signature.

Handwritten mark in blue ink, possibly initials.



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro)

Eu, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A., declaro, para os devidos efeitos, que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações relevantes com os fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 8 de março de 2022.

右 史子
左 史子



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro)

Eu, Philomène da Costa Dias, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A., declaro, para os devidos efeitos, que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações relevantes com os fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 8 de março de 2022.

aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A

Serviços Centrais: Rua Artilharia Um 79, 7º • 1250-038 Lisboa • Portugal • Tel. +351 213 827 750 • Fax +351 213 860 900 globalparques@globalparques.pt •

www.globalparques.pt

Handwritten marks in blue, green, and black ink, possibly initials or a signature.

ANEXO VI

Ata da reunião de Assembleia Geral relativa à aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2020.



Handwritten signatures in blue, green, and purple ink, located in the bottom right corner of the page.

Handwritten signature in blue and green ink, possibly reading "S. J. [unclear]".

ATA Nº 50

Aos vinte e cinco dias de junho de dois mil e vinte e um, pelas onze horas e quinze minutos, através de videoconferência, reuniu em Assembleia Geral Ordinária a sociedade aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços S. A., sociedade comercial anónima matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Setúbal, pessoa coletiva número 503580929, com o capital social de 20.186.305 euros integralmente realizado, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Aprovação da substituição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelo novo representante do IAPMEI;** -----
- 2. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2020;** -----
- 3. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;** -----
- 4. Deliberar sobre o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2020;**
- 5. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade;** -----
- 6. Deliberar sobre a proposta de alteração dos Estatutos;** -----
- 7. Eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2021-2023;** -----
- 8. Definição do estatuto remuneratório;** -----
- 9. Dispensa de caução.** -----

Em substituição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Nuno Mangas, que apresentou a renúncia ao cargo em 18 de janeiro de 2021 na sequência do fim de mandato como Presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI, e após confirmar que estavam presentes os acionistas titulares de 100% das ações representativas do capital social, conforme lista de presenças que fica arquivada em anexo à presente ata e que dela faz parte integrante, o Fiscal Único, Pedro Aleixo Dias, declarou a Assembleia Geral validamente constituída e em termos de funcionar e deliberar sobre os pontos constantes da convocatória. A função de secretário foi desempenhada por Isabel Tenreiro, Diretora Administrativa e Financeira da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços S. A.. Estavam ainda presentes Maria Manuel Aires Serrano, Presidente do Conselho de Administração; Filipe Costa, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva; Silvino Malho Rodrigues, Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva, e Isabel Cardoso, Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Por parte da fiscalização da sociedade estava presente o Fiscal Único Efetivo, Pedro Aleixo Dias. Foi iniciada de seguida a Ordem de Trabalhos, tendo sido dado início à sessão: -----

1. Aprovação da substituição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelo novo representante do IAPMEI; -----

Relativamente à substituição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, foi explicado pelo representante do acionista IAPMEI que a mesma se deveu ao facto de, apesar de estar nomeado em nome próprio, o lugar estava associado à função que detinha no IAPMEI, tendo esta deixado de existir por fim do mandato. Colocada à votação a substituição pelo Dr. Francisco Sá, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

2. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2020; -----

O Presidente da Assembleia Geral iniciou a sessão dando a palavra à Presidente do Conselho de Administração, que agradeceu a presença e disponibilidade de todos para esta reunião por videoconferência para aprovação dos documentos em apreço. Referiu a



Presidente do Conselho de Administração ser a última Assembleia deste Conselho de Administração pelo que iria apresentar uma breve síntese do que foi este mandato e que passo a transcrever: -----

“Em primeiro lugar queremos agradecer a todos os acionistas a disponibilidade para participar nesta Assembleia Geral por teleconferência, atendendo ao atual momento pandémico. -----

Esta é a última Assembleia Geral deste Conselho de Administração. Por isso mesmo permitam-me que faça um balanço do triénio 2018-2020. Um triénio em que instalámos mais clientes em todos os parques, gerando mais riqueza, produção e emprego para o país. Clientes essencialmente industriais, produtivos de matérias base para a indústria nacional e bens transacionáveis. -----

Contribuímos para colocar Sines no centro do debate da infraestruturização logística nacional e na liderança das transições energética e digital. -----

Sentimos, portanto, que a aicep Global Parques deu o seu contributo para o desenvolvimento, a diversificação e a sustentabilidade do tecido produtivo nacional. E isso é para nós mais importante do que quaisquer “números” da própria empresa. -----

Não obstante, e quanto à performance da empresa como tal, os números são eloquentes. Direi apenas que neste triénio, o nosso volume de negócios cresceu 15,5% e o resultado líquido cresceu 36,5%. -----

Estes números refletem muito mas não dizem tudo. Este Conselho de Administração fez muito trabalho que, não sendo visível nos números, concorreu, com o desenvolvimento de negócio, para estes resultados. Falo: dos procedimentos de contratação de clientes e de fornecedores, da cobrança de dívidas de clientes e das consultas ao mercado para as nossas contrações; da gestão da despesa corrente e dos investimentos da empresa em prol da instalação de novos clientes e do desenvolvimento dos ativos, com destaque para as utilidades essenciais para a sua competitividade, a começar pelo fornecimento elétrico; do cuidar do território da ZILS, ao nível legal, dos instrumentos do ordenamento do território, dos registos prediais, da regularização dos contratos-promessa de direito de superfície e a sua escrituração; e finalmente, e ao nível dos recursos humanos, falo da redefinição de tarefas e responsabilidades, otimizando valências e competências; e da introdução de três regulamentos – de carreiras, de compensações e de gestão de desempenho – apoiados num sistema de avaliação, entretanto revisitado e reativado.

Ao nível institucional, houve uma envolvimento efetiva com os acionistas, para além da ligação natural com a AICEP. -----

E na AICEP, destaco o trabalho conjunto com a sua Direção dos Custos de Contexto e Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN), quer quanto aos dois PIN em curso na ZILS, o referente à expansão do Complexo Petroquímico de Sines, da Repsol Polímeros; e o PIN do data center Start - Sines Transatlantic Renewable & Technology Campus, das Davidson Kempner e Pioneer Point Partners; quer em matérias relacionadas com os custos de contexto do setor energético e das indústrias energívoras, por exemplo. -----

Com o Porto de Sines densificou-se a integração estratégica e comercial, na promoção comum do Complexo Portuário, Logístico e Industrial de Sines, seja na interação com o Governo e a Administração Central, como o trabalho desenvolvido com a Câmara de Sines e as principais empresas do complexo junto da IP, nas acessibilidades; seja na angariação de investimento para o desenvolvimento do complexo e do negócio, com recurso ao fator Diplomacia Económica que o universo AICEP/MNE garante nos contactos internacionais. -----

Handwritten signatures and initials in blue and green ink at the bottom right of the page.

Com a Câmara Municipal de Sines, com a qual temos tido um trabalho diário, sobretudo junto do Governo e das autoridades de planeamento e gestão do território ao nível central e regional (APA, ICNF, CCDR Alentejo). -----

Contámos com o inestimável apoio dos acionistas na angariação de novos clientes para a ZILS e para o BlueBiz, principal e respetivamente a AICEP e o IAPMEI. -----

Com o IAPMEI e a AICEP, e sob a coordenação do Gabinete do Secretário de Estado da Internacionalização, trabalhamos a criação, desenvolvimento e qualificação das Áreas de Localização Empresarial nacionais. Foi uma iniciativa ancorada no Portugal Site Selection que está agora a evoluir para a constituição de uma Associação Portuguesa de Parques Empresariais. -----

E dinamizámos e evoluímos no Portugal Site Selection, a nossa ferramenta de apoio à seleção de localizações empresariais, de apoio à instalação de empresas e mais recentemente, ferramenta de capacitação regional em matéria de angariação e fixação de mais investimento nacional e estrangeiro. -----

Posso pois dizer que cumprimos a nossa parte do “Programa Internacionalizar”, e transitámos para o “Internacionalizar 2030”. -----

Feito que está o balanço do triénio, deixo-vos com o Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques para a apresentação do Relatório de Gestão e Contas e do Relatório de Governo Societário referentes a 2020. -----

Passo então a palavra ao Filipe, mas não sem antes agradecer à nossa Diretora Administrativa e Financeira, Isabel Tenreiro, o apoio que nos deu na elaboração dos relatórios que vos vamos apresentar: e de agradecer o empenho e o trabalho que os meus colegas do Conselho de Administração, o Filipe, o Silvino e a Isabel, realizaram à frente desta Comissão Executiva. -----

Digo-vos que, de facto, foi uma honra para mim, servir ao lado desta equipa! -----
Muito obrigada.” -----

De seguida o Presidente da Comissão Executiva apresentou em PowerPoint os resultados obtidos através de uma súmula do Relatório de Gestão e Contas e do Relatório de Governo Societário. -----

Filipe Costa apresentou o Resultado Líquido de 2,99 milhões de euros, o que significou uma variação positiva de 14,4%, relativamente ao ano anterior, atingindo mesmo níveis inéditos na história da empresa, em operações correntes. O volume de negócios cresceu 3,7%. Referiu ainda que no triénio 2021-2023 se vai certamente fazer crescer estes números, desde logo por causa dos contratos de reserva e de promessa de direito de superfície do START Campus e da Repsol Polímeros na Zona Industrial e Logística de Sines. -----

Para o resultado operacional dos parques, a ZILS contribuiu com 95%, o BlueBiz com 3% e o Albiz com 2%. Relativamente ao ano anterior, apesar de a ZILS ter sido o maior contribuinte em valor absoluto, em percentagem destacou-se o BlueBiz com um acréscimo de 43%. -----

Foi mantida a tendência de subida de todos os indicadores de rentabilidade. -----

O ativo total desceu cerca de 1% em relação a 2019, associado ao facto do investimento realizado, 1.3 milhões de euros, não ter compensado o acréscimo de amortizações de +5,5%. A autonomia financeira cresceu 1% e a solvabilidade 3,6%. -----

A redução dos ganhos no BlueBiz esteve associada a um menor consumo de eletricidade, cedida pela empresa, devido aos problemas de redução/paragem de atividade de alguns clientes em consequência da pandemia. Isto não afetou o resultado uma vez que também não ocorreram os gastos correspondentes. -----

Prevê-se que ao longo do triénio venham a ocorrer as saídas da Lauak e da Mecachrome do BlueBiz, o que leva ao fim do cluster "aeronáutica", prevendo-se que se desenvolva o da "química" em geral, com a entrada de empresas que valorizem as vantagens competitivas que temos no parque, relacionadas com o licenciamento e utilidades disponibilizadas. -----

Na ZILS, a natureza da atividade das empresas deve centrar-se na logística (ZAL Sines); na Transição Energética (Refinação, Petroquímica e Química) e na Transição Digital (Sines Tech – Innovation & Data Center Hub). -----

Depois do Verão o novo Conselho de Administração solicitará uma Assembleia Geral com o propósito de submeter à apreciação e votação um Plano Estratégico para o triénio 2021-2023, à semelhança do que foi feito no início do mandato de 2018-2020, que hoje termina e no âmbito do qual elogiou e agradeceu a liderança e trabalho dos colegas cessantes, Maria Manuel Aires Serrano e Silvino Rodrigues. -----

Verificou-se uma redução significativa do volume de investimentos realizados no BlueBiz e no Albiz, sendo as principais realizações relativas a requalificação de redes viárias na ZILS, tendência que se manterá este ano. Em 2022, com a rotação de saídas e entradas no BlueBiz e sobretudo o início da instalação do START Campus e da expansão da Repsol Polímeros na ZILS, prevê-se vir a ter muitíssimo mais investimento. -----

No que se refere ao Relatório de Governo Societário, aprovado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças em março passado, Filipe Costa mostrou-se satisfeito com a execução orçamental, fruto do desempenho da empresa e dos seus trabalhadores ao longo de 2020. Apesar de ter ocorrido uma redução dos ganhos face ao orçamentado, a redução dos gastos compensou, colocando o resultado antes de impostos cerca de 13% acima do orçamento, o que possibilitou um aumento do resultado líquido para os níveis já assinalados. -----

Referiu de seguida a parte em que o Conselho de Administração cessante apresentou a proposta de aplicação deste resultado líquido. -----

Informou ainda que fechámos 2020 com quase 9,96 milhões de EUR em depósitos bancários e caixa, contra 9,38 milhões de EUR ao fecho de 2019, ou seja, um crescimento de 6.2%, justificado pela diminuição das dívidas por clientes. -----

As taxas de ocupação tiveram uma evolução positiva, à exceção das áreas de escritórios e de estacionamento descoberto no BlueBiz, ainda assim compensadas pelo crescimento da ocupação da nave industrial. -----

O efetivo manteve-se estável, havendo a sublinhar as matérias já aludidas pela Senhora Presidente do Conselho de Administração, na alocação inicial. -----

Terminada a apresentação, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral perguntou se existiam questões a colocar. -----

O representante da AICEP, Luís Castro Henriques, deu os parabéns à equipa pelos resultados obtidos, referindo o aumento das vendas, mas reforçando os riscos da ocupação do BlueBiz com as saídas expetáveis dos dois clientes já referidos. Lembrou que na última Assembleia se pediu para proteger financeiramente a empresa, mas face aos resultados apresentados, apesar de poderem aumentar as necessidades de fundo de maneo, pediu que esta matéria venha a ser analisada. -----

O Fiscal Único, Pedro Aleixo Dias referiu que a Certificação Legal das Contas como ROC foi emitida na modalidade sem reservas e com uma ênfase sobre o impacto da pandemia que se perspetiva não colocar em causa a continuidade das operações da Empresa, tendo resumido o Relatório do Fiscal Único cujo Parecer propõe a aprovação do Relatório e Contas apresentados pelo Conselho de Administração. -----

O representante da APS, José Luís Cacho, congratulou o resultado do trabalho da Administração e da aicep Global Parques enquanto empresa pública, comparando-o com o realizado pela própria APS. Referiu a ligação articulada com a CMS, que deu frutos e notoriedade. Indicou que o porto tem uma grande preocupação com o impacto das questões ambientais, com o fim do carvão e quanto ao futuro da Refinaria da GALP, bem como sobre o futuro de forma a ajudar na sustentabilidade, sendo este o caminho a seguir pelas entidades para captação de novos investimentos, captação de projetos que tragam carga e valor industrial e logístico. Agradeceu a magnífica colaboração dada pelo Conselho de Administração. -----

Nuno Mascarenhas, representante da CMS, deu os parabéns pelos resultados obtidos e pelo trabalho e envolvimento da equipa ao longo do tempo. Expressou preocupações sobre o futuro do complexo industrial, portuário e logístico de Sines e a necessidade de busca de novas oportunidades. -----

De seguida Silvino Rodrigues, que terminou o mandato não sendo reconduzido, pediu a palavra para referir o abaixo transcrito: -----

“Ao longo dos últimos 6 anos tive o privilégio de poder trabalhar na aicep Global Parques, e como tudo na vida, tudo tem o seu tempo, tudo tem um princípio e um fim, e hoje a minha relação laboral com a aicep Global Parques termina. Por essa razão, gostaria de deixar três palavras: -----

A Primeira é de Agradecimento. Agradecimento pelas palavras que me foram dirigidas, mas também de agradecimento a todos os Acionistas, e em especial ao Dr. Luís Castro Henriques, Presidente da Aicep Portugal Global, por terem confiado nesta equipa do Conselho de Administração e Comissão Executiva, por nos terem dado todas as condições para desenvolvermos o nosso trabalho, e que, sem isso, não teria sido possível atingirmos os objetivos e os resultados a que nos propusemos e que hoje lhes foram apresentados. --
A segunda palavra é de Satisfação. Satisfação por poder ter feito parte de uma equipa fantástica! -----

Desde a nossa Chairman, a Senhora Eng.ª Maria Manuel Serrano, que sempre de forma empenhada, construtiva e participativa, nos ajudou a tomar as melhores decisões. -----

Satisfação por ter feito parte de uma Comissão Executiva extraordinária, com o Dr. Filipe Costa e com a Dr.ª Isabel Cardoso, que sempre pautou a sua ação pela total dedicação e empenho, pela transparência e lealdade, e em permanente harmonia, como uma verdadeira equipa forte e coesa. -----

Satisfação por termos na aicep Global Parques funcionários com muita qualidade técnica e também pessoal. -----

Mesmo em tempo difíceis, os trabalhadores estiveram sempre disponíveis para fazerem parte da solução e ajudar a empresa a crescer e atingir os seus objetivos. -----

A todos eles e elas um bem hajam. -----

A última palavra é de Gratidão. Gratidão por ter tido o privilégio de, ao longo dos últimos anos, ter tido a oportunidade de fazer aquilo que adoro fazer e fazê-lo acompanhado com uma equipa fantástica! -----

Gratidão, por ter tido o privilégio de todos os dias acordar, e com alegria e satisfação vir trabalhar na aicep Global Parques. -----

Por fim, a todos vós, um muito obrigado! -----

E quero afirmar que estou e estarei, como sempre estive, totalmente disponível para ajudar em tudo o que a aicep Global Parques e os seus acionistas precisarem. -----

Muito obrigado.” -----

Não havendo mais ninguém a querer usar da palavra foi o Relatório colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

3. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; -----

Entrando-se na análise do terceiro ponto da ordem de trabalhos, Filipe Costa referiu novamente o valor do Resultado Líquido e a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, onde se propunha que ao Resultado Líquido de 2.985.250,87 euros fosse dada a seguinte aplicação: Reserva Legal 149.263,00 euros: conforme vontade dos acionistas 2.835.987,87 euros. -----

O Presidente da AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE propôs que a aplicação de resultados mantivesse a proposta de 149.263,00 euros para a Reserva Legal e que 2.835.987,87 euros fossem distribuídos como dividendos. -----

Pedro Aleixo Dias retomou o seu Relatório como Fiscal Único cujo Parecer propunha também a aprovação do Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração e agora concretizada com a proposta do Acionista AICEP, a qual considerou estar enquadrada nos critérios de sustentabilidade financeira da Empresa. --- Submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

4. Deliberar sobre o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2020;

Tendo sido comentados alguns dos resultados aquando da exposição feita no ponto 2., o Presidente da Mesa da Assembleia colocou o Relatório de Governo Societário a aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade. O relatório foi apreciado pela UTAM e aprovado pela DGTF em março passado. -----

5. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade; -----

A AICEP, através do seu representante, pelo referido anteriormente face aos resultados obtidos e ao bom trabalho prestado, apresentou voto de confiança no órgão de Administração, extensivo à Fiscalização da sociedade, no âmbito da prestação de contas relativas ao exercício de 2020. -----

À proposta apresentada associaram-se os restantes representantes dos acionistas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

6. Deliberar sobre a proposta de alteração dos Estatutos; -----

A Presidente do Conselho de Administração introduziu o tema, referindo que a proposta apresentada, anexa a esta ata e que dela faz parte integrante, se referia a um ajustamento necessário do Artigo 8.º dos estatutos da empresa à atual era tecnológica. Filipe Costa esclareceu que o número 4 do Artigo 8.º referia que, relativamente ao envio das informações preparatórias da assembleia geral, "(...) é expressamente proibido o envio da mesma aos acionistas por correio eletrónico (...)", tendo sido proposto que esta afirmação fosse retirada, dado que o uso do meio eletrónico para o efeito é cada vez mais frequente, prático, seguro, rápido e gratuito. Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

7. Eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2021-2023; -----

O representante da AICEP introduziu o tema referindo, quanto aos Administradores cessantes e cuja função não foi continuada, que tal não é resultado de matéria avaliativa, mas sim consequência da opção da AICEP de se fazer representar na presidência da Administração por um membro do seu Conselho de Administração e de orientações superiores relativamente ao número de renovações dos mandatos. De seguida apresentou a proposta de composição dos novos Órgãos, que se anexa a esta ata, dela fazendo parte integrante. -----

Mesa da Assembleia Geral: -----
Presidente da Mesa – Francisco José da Fonseca Nunes e Sá: -----
Secretário – Nuno José Gonçalves Mascarenhas. -----
Conselho de Administração: -----
Presidente do Conselho de Administração, Não Executivo - Rita Lindley Cintra Torres Araujo: -----
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva - Filipe Santos Fernandes da Costa: -----
Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva - Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto: -----
Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva - Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque: -----
Vogal do Conselho de Administração, Não Executivo - Philomène Costa Dias. -----
Órgão de Fiscalização: -----
Fiscal Único - BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representado por Pedro Aleixo Dias; -----
Fiscal Único Suplente - Mário Jorge Silvestre Neto. -----
Propôs que a correspondente deliberação produzisse efeitos a partir de 25 de junho de 2021. -----

Luís Castro Henriques informou que os processos relativos ao Conselho de Administração foram submetidos à CReSAP, encontrando-se devidamente aprovados. Referiu que o novo elemento executivo, Miguel Gama Albuquerque, é arquiteto, considerando que tem valências próprias que se ajustam às necessidades da aicep Global Parques. A mesma coisa se pode dizer relativamente à nova Presidente do Conselho de Administração. -----

O representante da CMS deu nota a Silvino Rodrigues do agrado em ter trabalhado com ele. O representante da APS confirmou a nota anterior e desejou as maiores felicidades. O Fiscal Único manifestou apreço aos membros cessantes. -----
Colocada a proposta a votação, foi aprovada por unanimidade. -----
Luís Castro Henriques convidou a nova Presidente do Conselho de Administração a juntar-se à reunião. -----

8. Definição do estatuto remuneratório; -----

A AICEP, E.P.E. propôs a definição do estatuto remuneratório, com efeitos a 25 de junho de 2021, nos seguintes termos: -----

A Presidente do Conselho de Administração não é remunerada. -----

As remunerações dos restantes membros do Conselho de Administração são as correspondentes ao estabelecido no Estatuto do Gestor Público, aprovado através do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março e do Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março. A situação remuneratória mensal fixada foi: -----

D

Conselho de Administração	Remuneração Mensal				Total Reduzido
	Vencimento Base	Despesas de Representação	Total	Reduções Remunerat órias Lei n.º 12-A/2010	
	14 vezes ano	12 vezes ano			
Rita Lindley Cintra Torres Araújo	não remunerado				não remunerado
Filipe Santos Fernandes da Costa	4 132,75	1 653,10	5 785,85	289,29	5 496,56
Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto	3 673,55	1 469,42	5 142,97	257,15	4 885,82
Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque	3 673,55	1 469,42	5 142,97	257,15	4 885,82
Philomène Costa Dias	568,00	0,00	568,00	28,40	539,60

Os membros executivos do Conselho de Administração gozam dos benefícios sociais conferidos à generalidade dos trabalhadores da empresa, nos termos estabelecidos no artigo 34.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado através do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho. -----

É permitido o uso de viatura de serviço aos membros executivos do Conselho de Administração, com possibilidade de opção de uso pessoal, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e posteriores alterações, nos termos da Lei. O valor máximo das viaturas não pode exceder os 47.500,00 EUR. -----

Os membros executivos do Conselho de Administração podem utilizar um teto máximo para comunicações equivalente a 100,00 EUR mensais. -----

A remuneração do Fiscal Único, cuja prestação é estabelecida em contrato de prestação de serviços a celebrar com a aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A., não pode exceder um valor anual de 15.000,00 EUR, podendo ser paga de forma fracionada. -----

A proposta encontra-se anexa a esta ata dela fazendo parte integrante. -----

Apresentada a votação foi aprovada por unanimidade. -----

9. Dispensa de caução. -----

O representante da AICEP propôs que os administradores executivos eleitos fiquem dispensados de caução, em sintonia com as sucessivas decisões prévias em sede de Assembleias Gerais nominativas, nos termos e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 396.º do Código das Sociedades Comerciais. Posta a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

Apesar de ter proposto, anunciou que tinha algumas dúvidas sobre esta matéria, pelo que vai solicitar parecer ao acionista último, a DGTF, para esclarecimento. -----

A proposta encontra-se anexa a esta ata dela fazendo parte integrante. -----

Em aditamento à ordem de trabalhos, os acionistas aprovaram, por unanimidade, uma proposta pela AICEP de atribuição de um voto de louvor aos elementos da gestão da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A., pela atividade desenvolvida no triénio findo, à luz das orientações estratégicas delineadas pelos acionistas. -----

Com uma menção específica e de destaque para os elementos que cessaram funções, a Eng.ª Maria Manuel Aires Serrano e o Arq.º Silvino Malho Rodrigues, pelo empenho, compromisso e contributo de enorme relevo para os resultados alcançados e perspetivas

[Handwritten signatures and initials]

futuras da aicep Global Parques. A esta menção associou-se o IAPMEI e os restantes acionistas. -----

Luis Castro Henriques solicitou a Rita Araújo que se apresentasse, o que Rita Araújo fez, agradecendo a nomeação. De seguida referiu o seu percurso profissional, realçando a carreira de serviço público na AICEP, na realização de funções comerciais e de investimento e garantindo todo o seu empenho e o seu melhor nesta função. -----

Isabel Cardoso agradeceu o voto de confiança e agradeceu ao Arq.º Silvino Rodrigues o tempo que trabalharam em conjunto ao longo destes últimos seis anos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram 12 horas e 25 minutos. Foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser devidamente assinada. -

Isabel Cardoso

Luis Castro Henriques

11

Handwritten signatures and initials in green and blue ink.